

Ana Margarida  
Rui Roberto de Almeida

# As importações de vinho itálico para o território actualmente português

## Contextos, cronologias e significado

Ana Margarida Arruda e Rui Roberto de Almeida  
UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

### I.— INTRODUÇÃO.

O trabalho que aqui se apresenta vem na sequência directa do estudo que temos vindo a realizar sobre as ânforas da Alcáçova de Santarém, provenientes das escavações arqueológicas que um de nós (Ana Margarida Arruda) dirigiu, neste sítio arqueológico do vale do Tejo, entre 1983 e 1989<sup>1</sup>. Ao iniciar o trabalho sobre as ânforas vinárias da colónia romana de *Scallabis*, de imediato, verificámos que só uma análise mais alargada sobre a cronologia, o ritmo e os contextos arqueológicos das importações de vinho itálico, no território actualmente português, podia enquadrar, devidamente, os materiais que tínhamos como objecto de investigação<sup>2</sup>. A contextualização, dentro de uma região mais vasta, dos materiais de Santarém forneceu dados cujo significado importava desenvolver, sobretudo no que se referia aos aspectos de que se revestiu, entre os finais do século II a. C. e o século I d. C., o comércio da Itália com os territórios que integraram a Província da Lusitânia.

Apresentar uma carta de distribuição das ânforas das Classes 2, 3, 4, 5, 8 e 10 (respectivamente Greco-italica, Dressel 1A, Dressel 1B, Dressel 1C, Lamboglia 2, Dressel 2-4)<sup>3</sup> (fig. 1), no território actualmente português, e discutir o seu significado concreto, pareceu-nos importante no âmbito desta reunião, sobretudo porque continua a ser patente, neste domínio, algum desconhecimento da realidade portuguesa, mesmo em trabalhos recentes<sup>4</sup>. O levantamento exaustivo de todas as importações de ânforas vinárias de origem italiana foi efectuado apenas na área do

<sup>1</sup> A. M. ARRUDA e R. R. ALMEIDA, «As ânforas da Classe 32 na Alcáçova de Santarém (Campanhas de 1983-91)», *Conimbriga*, 37, 1998, p. 201-231.

<sup>2</sup> O estudo, destinado a publicação, sobre as ânforas das Classes 2, 3, 4, 5 e 10 da Alcáçova de Santarém está, neste momento, em fase de conclusão, e será publicado pelos signatários.

<sup>3</sup> Neste trabalho, tal como nos citados nas notas anteriores, utilizámos a tipologia de Peacock e Williams (cf. D. P. S. PEACOCK e D. F. WILLIAMS, *Amphorae and the roman economy. An Introductory Guide*, London, 1986 (PEACOCK-WILLIAMS, *Amphorae*).

<sup>4</sup> A. TCHERNIA, *Le vin de l'Italie romaine. Essai d'histoire économique d'après les amphores*, École française de Rome, Paris, 1986; F. LAUBENHEIMER, *Le temps des amphores en Gaule. Vins, builes et sauces*, Paris, 1990.

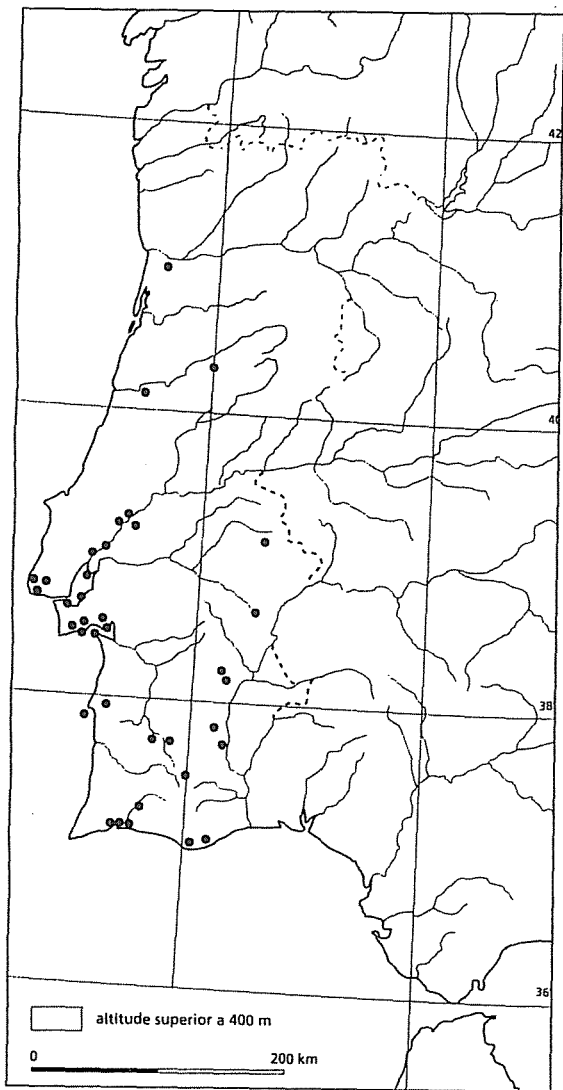


FIG. 1. — Carta de distribuição dos achados de ânforas produzidas na costa ocidental da Península Itálica (Classes 2, 3, 4, 5 e 10), no espaço do actual território português que integrou a província da *Lusitânia*. Localidades de norte para sul: Fiães; Lomba do Canho; Conimbriga; Chões de Alompé; Santarém; Alto do Castelo; Vaiamonte; Vale do Tejo (Salvaterra de Magos); *Villa* de Povos; Vale do Tejo (Alhandra); Santa Eufémia; Ermidas; S. Marcos; Montijo; Cacilhas; *Villa* da Quinta do Freixo; Castelo dos Mouros; Chibanes; Pedrão; Setúbal; Praia da Figueirinha; Tróia; *Villa* de Courela das Antas; *Villa* de São Cucufate; Miróbriga; Ilha do Pessegueiro; Castelo das Juntas; Garvão; Castelinho dos Mouros; Mértola; Mesas do Castelinho; Cerro da Rocha Branca; Castelo de Castro Marim; Vila Velha; Cerro do Cavaco; Foz do Rio Arade; Monte Molião; Quinta do Marim; Faro. Todas as localizações são aproximadas.

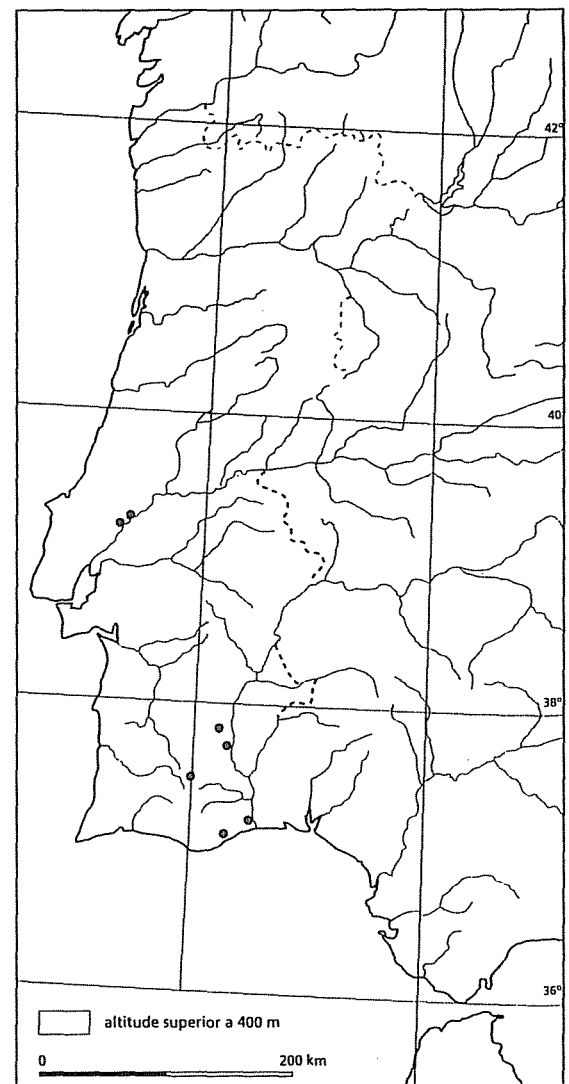


FIG. 2. — Carta de distribuição dos achados de ânforas produzidas na região meridional da Península Itálica (Classes 1 e 8), no espaço do actual território português que integrou a província da *Lusitânia*. Localidades de norte para sul: Chões de Alompé; Santarém; Castelo das Juntas; Mértola; Mesas do Castelinho; Castro Marim; Cerro do Cavaco. Todas as localizações são aproximadas.

actual território português que integrou a Província da Lusitânia (fig. 2). Ignoraram-se, conscientemente, os dados referentes aos territórios do Noroeste, mais concretamente aqueles que se localizam a Norte do rio Douro. Parece-nos importante referir, também desde já, que temos consciência plena de que as cartas de distribuição que aqui apresentamos podem não reflectir, de forma absoluta, a realidade portuguesa. Elas são, certamente, muito mais o resultado dos condicionalismos decorrentes do percurso da investigação e, por isso mesmo, servem, sobretudo, como referências gerais. Assim, todas as análises que tiveram como base os mapas de repartição quantitativa das ânforas vinárias são aqui feitas com as devidas reservas, uma vez que lidámos, paralelamente, com materiais provenientes de escavações extensas (Conimbriga, Lomba do Canho, Santarém, Mesas do Castelinho, Castro Marim<sup>5</sup>), e com materiais resultantes de trabalhos de prospecção ou de achados fortuitos (Chões de Alampompé<sup>6</sup>, Ermidas, Cerro do Cavaco, entre outros). Por outro lado, devemos fazer notar que mesmo os materiais provenientes de escavações não podem valorizar-se de igual forma. Há casos em que os contextos arqueológicos são seguros, mas existem outros para os quais não possuímos referências estratigráficas que permitam enquadrar, cronologicamente, os materiais. Há também que ter em consideração que a ausência de ânforas num determinado sítio arqueológico não significa, necessariamente, que o vinho não foi consumido naquele local. Esta ausência pode explicar-se pelo facto de esse mesmo vinho ter chegado em outros contentores que não as ânforas, por exemplo potes ou outras formas, para os quais teria sido transvasado, nas áreas portuárias, facilitando-se assim o transporte em meio terrestre. Entendemos que fazia sentido distinguir, aqui, as importações da costa tirrénica, largamente maioritárias no território em análise, das importações da costa adriática. No entanto, nem sempre foi possível efectuar essa diferenciação quanto à origem das ânforas vinárias, porque, por vezes, as publicações que se lhes referem não incluem uma descrição de pasta que permita tal distinção.

Apesar de as escavações recentes em Lyon<sup>7</sup> terem demonstrado, claramente, que não é segura a sequência cronológica das ânforas das Classes 3, 4 e 5 (Dressel 1A, 1B e 1C), comumente aceite desde o trabalho que Nino Lamboglia realizou sobre as ânforas designadas como 1 na tabela de Dressel<sup>8</sup>, pareceu-nos que as diferenças

<sup>5</sup> J. ALARCÃO *et alii*, *Fouilles de Conimbriga*, Paris, 1976, p. 79-91; A. M. ARRUDA, «Nota acerca da ocupação romana-republicana do Castelo de Castro Marim», em *Actas do 5º Congresso Sobre o Algarve (Montechora, 1988)*, Silves, 1988, p. 13-17 (ARRUDA, «Nota acerca da ocupação»); A. M. D. DIOGO, «O Material romano da Iª Campanha de escavações na Alcáçova de Santarém (1979)», *Conimbriga*, 23, 1984, p. 11-142 (DIOGO, «O Material romano»); C. FABIÃO e A. GUERRA, «As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das Campanhas de 1990-92», em *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*, vol. II, 1994, p. 275-289 (FABIÃO-GUERRA, «As ocupações»); J. C. NUNES, C. FABIÃO e A. GUERRA, *O acampamento militar da Lomba do Canho (Arganil)*, Arganil, 1988 (NUNES *et alii*, *O acampamento*).

<sup>6</sup> A. M. D. DIOGO e L. TRINDADE, «Materiais provenientes de Chões de Alampompé (Santarém)», *Conimbriga*, 32-33, 1993-94, p. 263-281 (DIOGO-TRINDADE, «Materiais»).

<sup>7</sup> B. MANDY, M. GENIN, C. GODARD, S. KRAUSZ, G. SAN DOZ e P. THIRION, «Un réseau de fossés défensifs aux origines de Lyon», *Gallia*, 45, Paris, 1987-88 (MANDY *et alii*, «Un réseau de fossés»).

<sup>8</sup> N. LAMBOGLIA, «Sulla cronologia delle amphore romane di età repubblicane (II-I secolo a. C.)», *Revista de Studi Liguri*, 22, 1955, p. 243-295 (LAMBOGLIA, «Cronologia»).

morfológicas que se observam entre os exemplares dessas três Classes não devem ser, totalmente, desvalorizadas, porque, seguramente, não são gratuitas<sup>9</sup>. De facto, mesmo presumindo-se que diversos ateliers, localizados na costa ocidental italiana, fabricaram, simultaneamente, as três variantes das ânforas de tipo Dressel 1<sup>10</sup>, acreditamos que a diversidade tipológica deve ter um qualquer significado, mesmo que esse significado ainda não seja completamente compreensível. E sendo sugestiva a proposta de Sealey<sup>11</sup>, quando afirma que as diferenças formais podem estar directamente relacionadas com os distintos tipos de vinho envasado, é necessário que dados concretos possam comprová-la. Assim, quanto às ânforas das Classes 3, 4 e 5, e sempre que tal foi possível, decidimos manter a divisão clássica. Mas, chamamos desde já a atenção para o facto de a totalidade da amostra das ânforas vinárias, de fabrico itálico, encontrada no território actualmente português, ser constituída, apenas, por fragmentos (bordos, asas, fundos), facto que dificultou, em alguns casos, uma classificação formal precisa, nomeadamente quando foi necessário distinguir as Classes 4 e 5<sup>12</sup>.

## II. — AS ÂNFORAS VINÁRIAS, DE FABRICO ITÁLICO, NO TERRITÓRIO ACTUALMENTE PORTUGUÊS: OS SÍTIOS E OS CONTEXTOS ESPECÍFICOS.

### 1. — Castro de Fiães, Feira.

Neste povoado fortificado, que tem sido identificado com a antiga cidade de Lancobriga<sup>13</sup>, registam-se alguns fragmentos de ânforas republicanas, resultantes de antigas recolhas. Entre eles, mas sem qualquer contexto arqueológico concreto, encontra-se um fragmento de ânfora da Classe 3 (Dressel 1A)<sup>14</sup>.

### 2. — Lomba do Canho, Arganil (fig. 3).

Embora as suas características não se aproximem dos clássicos acampamentos militares romanos, os trabalhos aí realizados assim o definiram<sup>15</sup>. O acampamento

<sup>9</sup> A pesar das evidências de Lyon (MANDY, «Un réseau de fossés»), parece claro que as ânforas da Classe 4 não foram produzidas antes de 97 a. C. (TCHERNIA, *Le vin de l'Italie*). Assim, a heterogeneidade morfológica na produção das ânforas Dressel 1 só pode ter acontecido, na sua globalidade, a partir dessa data. Deve, ainda, ter-se em consideração que as próprias análises químicas realizadas sobre os exemplares do fosso escavado naquela cidade francesa identificaram um grupo específico de pastas (grupo 6) que apenas se apresentava em ânforas da Classe 5 (*ibid.*, p. 58). Deste facto podia deduzir-se que, pelo menos um centro produtor tinha fabricado, exclusivamente, ânforas da Classe 5, mas esta dedução deve ser matizada, uma vez que Lyon é um centro de consumo e não um centro produtor e por isso mesmo as ânforas aí presentes podem não corresponder a todas as variáveis da produção.

<sup>10</sup> *Ibid.*

<sup>11</sup> P. SEALEY, *Amphoras from the 1970's excavations at Colchester Sheepen* (BAR, 142), Oxford, 1985, p. 22.

<sup>12</sup> As estimulantes conversas que, sobre o tema da nossa comunicação, mantivemos com Carlos Fabião, muito beneficiaram este trabalho, facto pelo qual lhe estamos gratos.

<sup>13</sup> J. ALARCÃO, *Roman Portugal*, Lisboa, 1988; C. A. F. ALMEIDA e E. SANTOS, «O Castro de Fiães», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Série de História, 2)*, Porto, 1971, p. 147-169 (ALMEIDA-SANTOS, «O Castro»).

<sup>14</sup> ALMEIDA-SANTOS, «O Castro».

<sup>15</sup> NUNES *et alii*, *O acampamento*.

militar da Lomba do Canho possui uma única ocupação e no conjunto artefactual encontrado, bastante homogêneo e coevo, estão presentes as ânforas da Classe 4 (Dressel 1B) —oito exemplares— associadas às da Classe 10 (Dressel 2-4) —um exemplar— às da classe 15 (Haltern 70) e às predominantes da Classe 67<sup>16</sup>, bem como a outras formas. Contam-se, também, outros materiais, nomeadamente lucernas do tipo H de Ricci, ditos tipos «helenísticos», e da forma 2 e 3 de Dressel; cerâmicas campanienses do «círculo» da B, representadas pelas F.2230-2280 (Lamb.5-7), F.2300 (Lamb.I) e F.7500 (Lamb.3); fibulas do tipo Nauheim, do tipo em Omega, do tipo Transmontano e um significativo lote de moedas, sendo a cunhagem mais recente de 62 a. C.<sup>17</sup>

3. — *Conimbriga, Condeixa-a-Velha* (fig. 3 e 4).

Nas modernas escavações da cidade de Conimbriga foi recolhido um considerável lote de ânforas, proveniente, na sua grande maioria, de níveis de entulho, ou de revolvimento, de época imperial, que, por isso mesmo, contextualmente pouco esclarecedores. Entre este conjunto, contam-se trinta e seis fragmentos de ânforas da Classe 3, 4 e 5 (Dressel 1), nove da Classe 10 (Dressel 2-4) —dos quais apenas uma pequena percentagem é de proveniência itálica— cinquenta e oito da Classe 15 (Haltern 70) e quatro da Classe 32 (Mañá C2)<sup>18</sup>.

4. — *Chões de Alampé, Santarém* (fig. 4, 5 e 6).

Este importante sítio foi identificado por A. Girão e Bairrão Oleiro, relacionando-o com o povoado indígena de Móron, descrito por Estrabão, local onde, ou perto do qual, se teria estabelecido o «Galaico» em 138 a. C.<sup>19</sup>. Muito prospectado, mas nunca escavado, do sítio apenas se publicaram alguns materiais<sup>20</sup>. As cerâmicas da «Idade do Ferro» de cariz continental, as ânforas de tipo «ibero-púnico» e «neo-púnico» —Classe 32 (variante Mañá C1 e C2)— associam-se a um conjunto homogêneo de materiais romanos de cronologia alta. É, de facto, nos Chões de Alampé, que se encontra o conjunto anfórico, de âmbito romano, de características mais antigas, que se conhece no território português. Estão representadas, para além dos tipos acima referidos, as produções da costa tirrénica da Península Itálica, designadamente um exemplar da Classe 2 (greco-itálica) —até há pouco tempo o único exemplar do território português— um número bastante apreciável de ânforas da Classe 3 (Dressel 1A), um exemplar integrável na Classe 4 (Dressel 1B) ou 5 (Dressel 1C) e

<sup>16</sup> C. FABIÃO, *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, (Cadernos da UNIARQ, 1), 1989 (FABIÃO, *As ânforas*).

<sup>17</sup> A. GUERRA e C. FABIÃO, «Escavações no acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). Resultados preliminares», em *Actas I Congreso Internacional de Historia Antigua Peninsular (Santiago de Compostela, 1986)*, Santiago de Compostela, 1988, p. 309-328.

<sup>18</sup> J. ALARCÃO, «Les Amphores», em *Fouilles de Conimbriga*, vol. VII, Paris, 1976, p. 79-91.

<sup>19</sup> A. GIRÃO e J. M. B. OLEIRO, «Geografia e campos fortificados romanos», *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, 6-7, Coimbra, 1953, p. 77-79.

<sup>20</sup> G. ZBYSEWSKY, O. FERREIRA e C. SANTOS, «Acerca do campo fortificado de "Chões" de Alampé (Santarém)», *O Arqueólogo Português*, 3ª série, 2, Lisboa, 1968, p. 49-57; A. M. D. DIAGO, «A propósito de "Moron". Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alampé (Santarém)», *Clío*, 4, 1982, p. 147-154; DIAGO-TRINDADE, «Materiais», p. 263-281; FABIÃO, *As ânforas*.

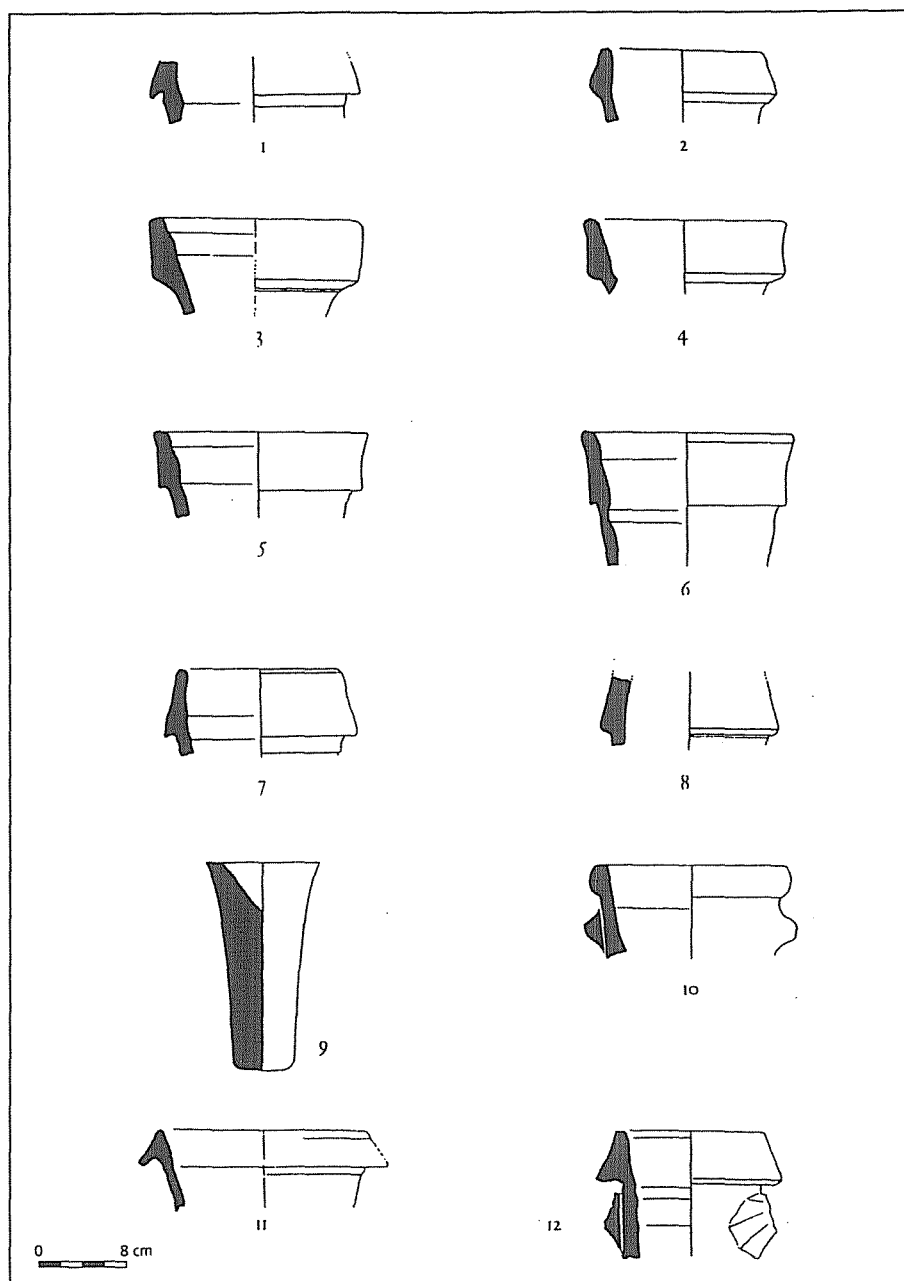


FIG. 3. — Fragmentos de ânforas da Classe 4 (n<sup>os</sup> 1-8), fundo tipo Dressel 1 (n<sup>o</sup> 9) e Classe 10 (n<sup>o</sup> 10) da Lomba do Canho (segundo FABIÃO, 1989); ânforas da Classe 3 (n<sup>os</sup> 11-12) de Conimbriga (segundo ALARCÃO, 1976).

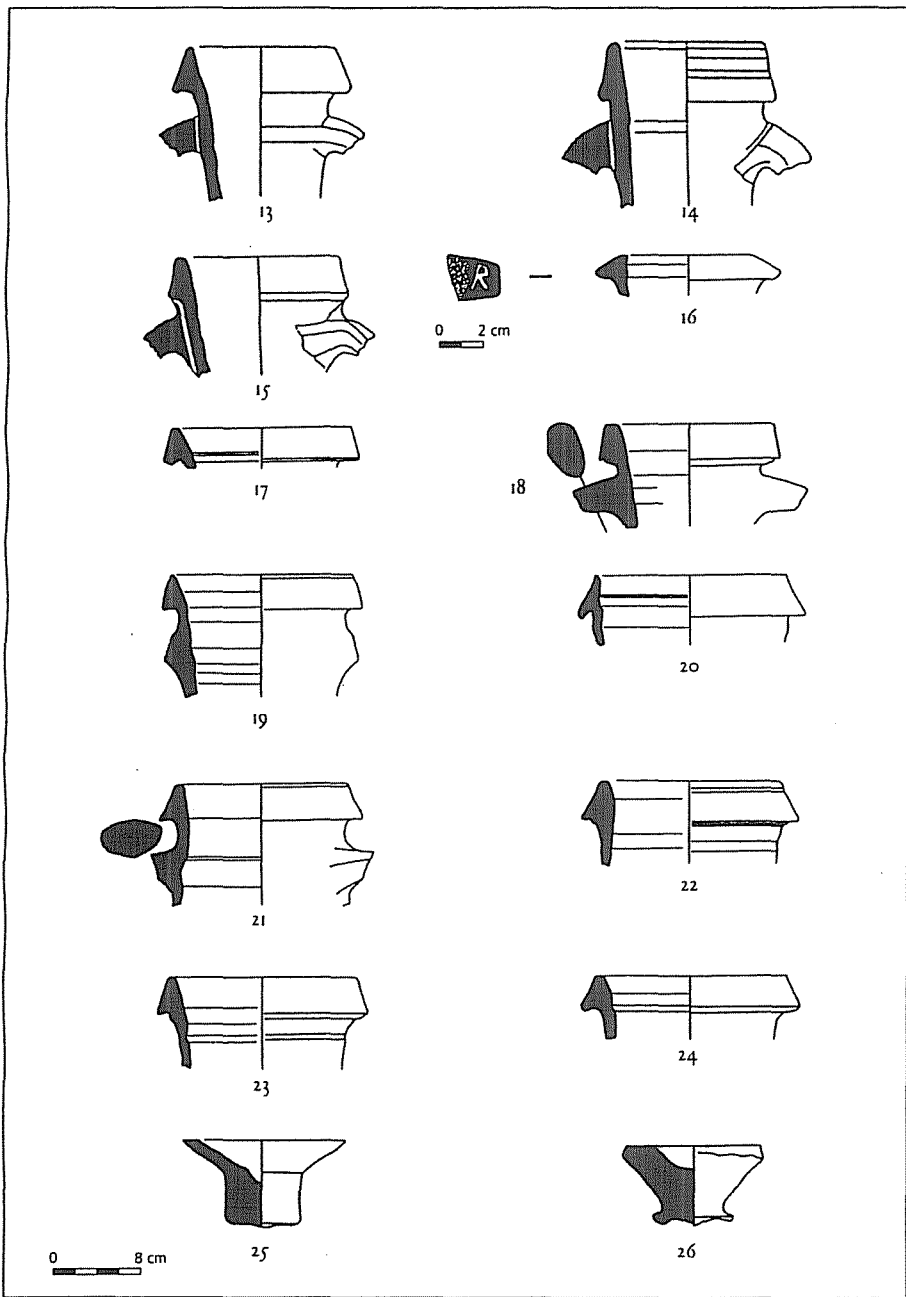


FIG. 4. — Fragmentos de ânforas da Classe 3 (n<sup>os</sup> 13-15) de Conimbriga (segundo ALARCÃO, 1976); da Classe 2 -Greco-italica (n<sup>o</sup> 16)-, da Classe 3 (n<sup>os</sup> 17-24) e da Classe 1 -ânforas de Brindisi - Ostia LVXI (n<sup>os</sup> 25-26)- de Chões de Alpompe (segundo FABIANO, 1989).

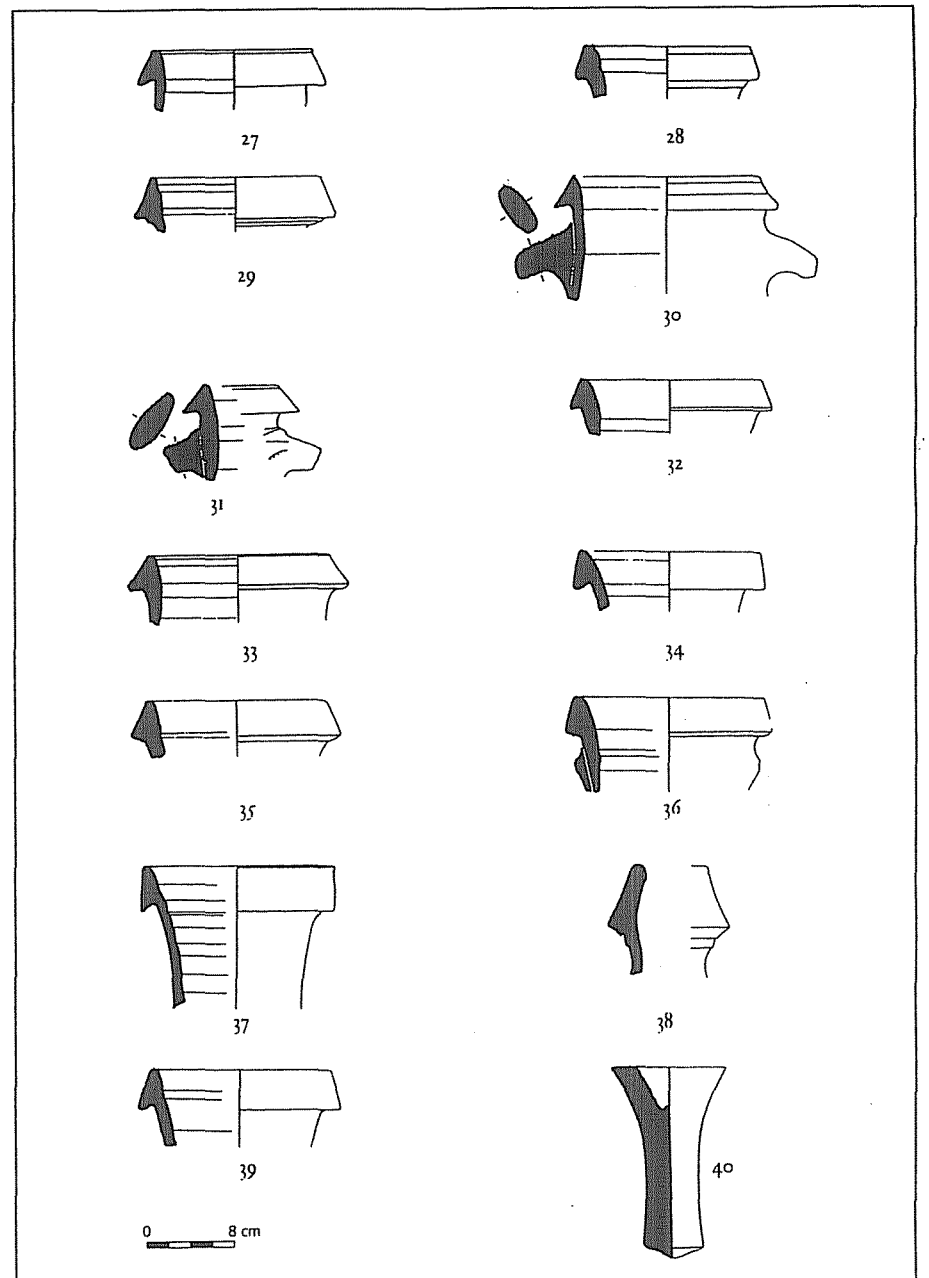


FIG. 5. — Fragmentos de ânforas da Classe 3 (n<sup>os</sup> 27-37 e 39-40) e da Classe 4 ou 5 (n<sup>o</sup> 38) de Chões de Alpompe (segundo FABIANO, 1989).

um fragmento enquadrável na classe 10 (Dressel 2-4), bem como as produções da costa adriática, dois fragmentos da Classe 8 (Lamboglia 2), e do sul da Itália, concretamente, dois fragmentos integráveis na Classe 1 (ânforas de Brindisi; Ostia LXVI). Aparentemente, a ocupação do sítio terá terminado nos inícios do século I a. C., apesar de serem possíveis presenças posteriores.

5. — *Santarém* (Scallabis Praesidium Iulium) (fig. 6, 7 e 8).

Santarém localiza-se na margem direita do rio Tejo, tendo a Alcáçova muçulmana sido edificada num planalto de grande defensabilidade natural e com um vastíssimo domínio visual. Possui actualmente 4,5 hectares, o que não significa que na Antiguidade não fosse mais extenso. Sabemos que as vertentes do planalto onde, na Idade Média, se implantou a Alcáçova estão, desde há muito, em acelerado processo de erosão, o que provoca uma enorme instabilidade das «barreiras» e um contínuo esboramento das suas vertentes. Possui uma cota máxima de 106 metros acima do nível médio das águas do mar. Entre 1983 e 1997, várias campanhas de escavações arqueológicas tiveram já lugar neste sítio<sup>21</sup>. Tendo-se escavado uma área de cerca de 550 m<sup>2</sup>, conhecem-se já, relativamente bem, as sucessivas fases da sua ocupação humana. A Alcáçova de Santarém é um sítio arqueológico com uma ampla diacronia, cuja primeira ocupação se data dos inícios do século VIII a. C., ocupação essa que se relaciona directamente com a presença comercial fenícia no estuário do Tejo<sup>22</sup>. Acampamento militar durante as campanhas de Júlio César, *Scallabis Praesidium Iulium* foi elevada a colónia romana ainda durante o século I a. C. Para além de importantes vestígios arquitectónicos, datados dos inícios do reinado de Augusto, nomeadamente o *podium* de um templo, foi possível escavar níveis de época republicana, onde se recolheu um abundante espólio arqueológico. Entre este destacamos cerca de 250 vasos de cerâmica campaniense, enquadráveis nos fabricos a, e b e b-óide, cerâmica de paredes finas e ânforas (Classes 2, 3, 4, 5, 8, 10, 15, 32 e 67)<sup>23</sup>.

As ânforas vinárias de fabrico italiano (Classes 2, 3, 4, 5 e 8 e 10) estão presentes em grandes quantidades (um pouco mais de 100 exemplares), estando o seu estudo detalhado em fase de conclusão. Podemos, no entanto, desde já adiantar que se registaram apenas 1 bordo da Classe 2 (greco-italica), e uma asa da Classe 10 (Dressel 2-4). Entre as importações de ânforas vinárias itálicas, a Classe 3 (Dressel 1A) domina no

<sup>21</sup> Entre 1983 e 1990 um de nós (A.M.A.) dirigiu 8 campanhas de escavação arqueológica na Alcáçova de Santarém. As escavações neste sítio prosseguiram, em 1992-93, no interior da Igreja de Santa Maria da Alcáçova, sob a responsabilidade de Catarina Viegas, então arqueóloga da autarquia. Em 1994 e 1995, novos trabalhos de campo tiveram lugar, agora dirigidos por um de nós (A.M.A.), em colaboração com Catarina Viegas, tendo as mesmas arqueólogas prosseguido as escavações, no verão de 1997.

<sup>22</sup> A. M. ARRUDA e L. J. GONÇALVES, «Sobre a romanização do Algarve», em *Actas do 2º Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 1991), Coimbra, 1993, p. 455-465 (ARRUDA-GONÇALVES, «Romanização do Algarve»).

<sup>23</sup> Para além das ânforas provenientes das escavações realizadas em Santarém entre 1983 e 1997, existem outros exemplares, cujo estudo foi já publicado (DIOGO, «Material romano», p. 11-142), e que resultaram de uma campanha de escavações, que teve lugar em 1979, e que foi promovida pela Associação para a Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Santarém; FABIÃO, *As ânforas*; PEA-COCK-WILLIAMS, *Amphorae*.

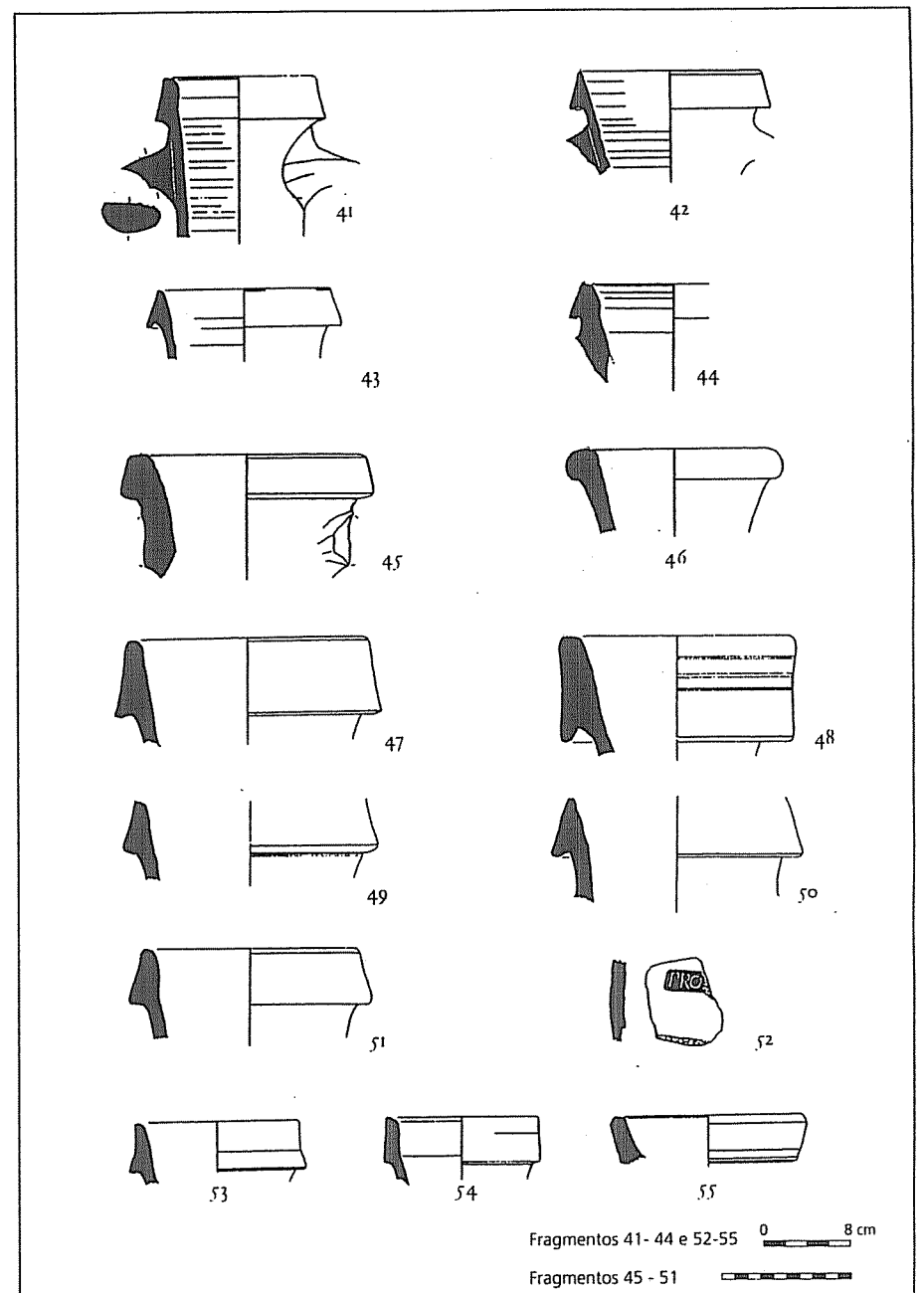


FIG. 6. — Fragmentos de ânforas da Classe 3 (n<sup>os</sup> 41-44), da Classe 8 (n<sup>o</sup> 45) e da Classe 10 (n<sup>o</sup> 46) de Chões de Alporté (segundo DIOGO, 1982; DIOGO e TRINDADE, 1993-94); ânforas da Classe 3 (n<sup>os</sup> 47, 49-51, 53-55), da Classe 4 (n<sup>o</sup> 48) e da Classe 8 (n<sup>o</sup> 52) da Alcáçova de Santarém (segundo DIOGO, 1984).

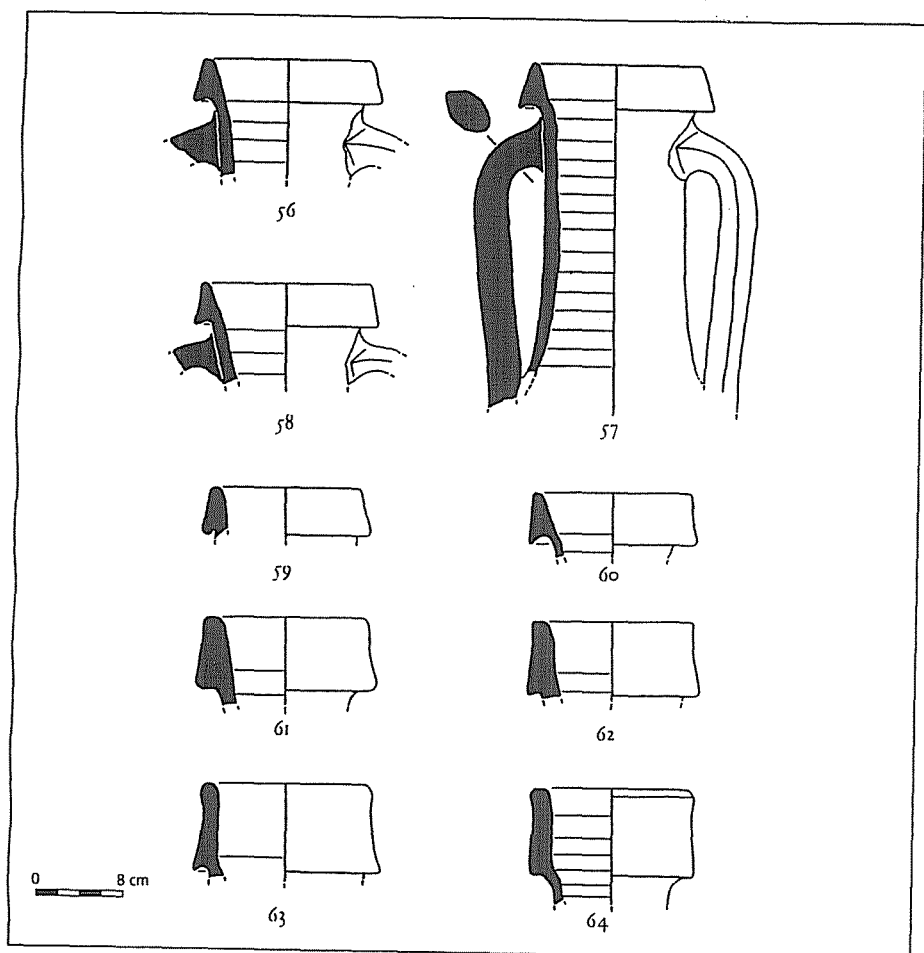


FIG. 7. — Fragmentos de ânforas da Classe 3 (n.ºs 56-59), da Classe 4 (n.ºs 60-62) e da Classe 5 (n.ºs 63-64) da Alcáçova de Santarém.

inventário, apesar de as Classes 4 e 5 terem também uma presença significativa. As importações da costa adriática, concretamente de Brindisi, são muito diminutas, tendo-se recolhido um único fragmento integrável na Classe 8 (Lamboglia 2). Os dados estratigráficos permitiram-nos datar, no geral, estas importações entre o segundo quartel do século I a. C. e os inícios do último quartel do mesmo século. Os mesmos dados de escavação possibilitaram-nos ainda um enquadramento cronológico mais fino para a realidade que agora apresentamos. Podemos adiantar que existem contextos onde as ânforas Dressel 1 surgem acompanhadas por ânforas da Classe 32 (Mañá C2), mas onde não se registam quaisquer chegadas de vinho, ou outros produtos de origem bética, uma vez que as ânforas da Classe 15 (Haltern 70), da Classe 24 (Dressel 12) e da Classe 67 estão ausentes. Aqui, as Classes 3 (Dressel 1A) são largamente superiores, em número, às Classes 4 e 5. A associação a outros mate-

riais, nomeadamente a uma fíbula de cabeção, sugerem uma datação centrada no segundo quartel do século I a. C. Noutros contextos, mais tardios, as ânforas Dressel 1 surgem já associadas a importações do actual território espanhol, tanto vinárias (Classe 15), como de preparados de peixe (Classe 67). São níveis que datamos entre os finais do segundo quartel do século I a. C. e os inícios do quarto.

6. — *Alto do Castelo, Alpiarça.*

Em escavações do princípio do século, foram recolhidos, neste sítio, dois fragmentos de ânforas da Classe 3 (Dressel 1A). As escavações modernas, que posteriormente aí foram realizadas, não permitiram, todavia, uma melhor caracterização deste sítio, que, pelas suas características topográficas, tanto se aproxima dos clássicos acampamentos militares romanos<sup>24</sup>. A possibilidade de vermos no Alto do Castelo o acampamento de Bruto não ganhou novos contornos, antes pelo contrário, permanecendo em aberto alguns dos problemas da geografia histórica do vale do Tejo<sup>25</sup>.

7. — *Cabeço de Vaiamonte (Monforte).*

O Cabeço de Vaiamonte é um extenso povoado fortificado da Idade do Ferro, cuja escavação foi realizada na primeira metade do nosso século, mas cujos resultados nunca foram divulgados. Apesar disso, alguns materiais romanos foram objecto de estudo e publicação<sup>26</sup> pelo que é possível confirmar a existência de uma ocupação datada da época republicana. Sobre a existência de ânforas neste local não existem dados publicados. No entanto, sabemos da presença de uma asa de ânfora da Classe 3-5 (Dressel 1).<sup>27</sup>

8. — *Vale do Tejo, a jusante de Salvaterra de Magos (fig. 8).*

Em dragagens realizadas no rio, a jusante de Salvaterra de Magos, foram recolhidos diversos fragmentos de ânforas, entre os quais um fragmento de bocal de uma ânfora da Classe 3 (Dressel 1A)<sup>28</sup>.

<sup>24</sup> G. MARQUES, «Arqueologia de Alpiarça: as estações representadas no Museu do Instituto de Arqueologia do Porto», em *Trabalhos do Instituto de Antropologia*, 1972; P. КАЛБ e M. HÖCK, «Moron, Historisch und Archeologisch», *Madrider Mitteilungen*, 25, 1984, p. 92-102.

<sup>25</sup> P. KALB e M. HÖCK, «O Alto do Castelo, Alpiarça (Distrito de Santarém. Acampamento romano ou fortificação pré-Romana?», em *Livro do 2º Congresso Sobre Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1984, p. 239-245.

<sup>26</sup> M. F. SANTOS, «Moedas hispânicas recolhidas no Cabeço de Vaiamonte (Monforte, Alentejo)», *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2ª série, 21, Lisboa, 1972, p. 439-511; S. PONTE, «Fíbulas de Vaiamonte (Monforte)», em *Actas do IIIº Colóquio sobre linguas y culturas Paleohispánicas (Lisboa, 1980)*, Salamanca, 1985, p. 137-158; O. V. FERREIRA, «Cerâmica negra de tipo grego encontrada em Portugal», *Arqueologia e História*, 9ª série, 3, Lisboa, 1971, p. 313-326; M. DELGADO, «Cerâmica campaniense em Portugal», em *Actas do IIº Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1971)*, Coimbra, 1973, p. 403-420; J. P. MOREL, «À propos des céramiques campaniennes de France et d'Espagne», em *Journées d'études de Montpellier sur la céramique campanienne (Montpellier, 1977)*, (*Archéologie en Languedoc*, 1-7), Montpellier, 1978, p. 149-168.

<sup>27</sup> Agradecemos a Carlos Fabião, que tem em estudo o conjunto do material exumado em Cabeço de Vaiamonte, esta informação.

<sup>28</sup> A. M. D. DIOGO, «Ânforas provenientes do rio Tejo (Salvaterra de Magos), no Museu do Mar», *Arqueologia*, 16, Porto, 1987, p. 112.

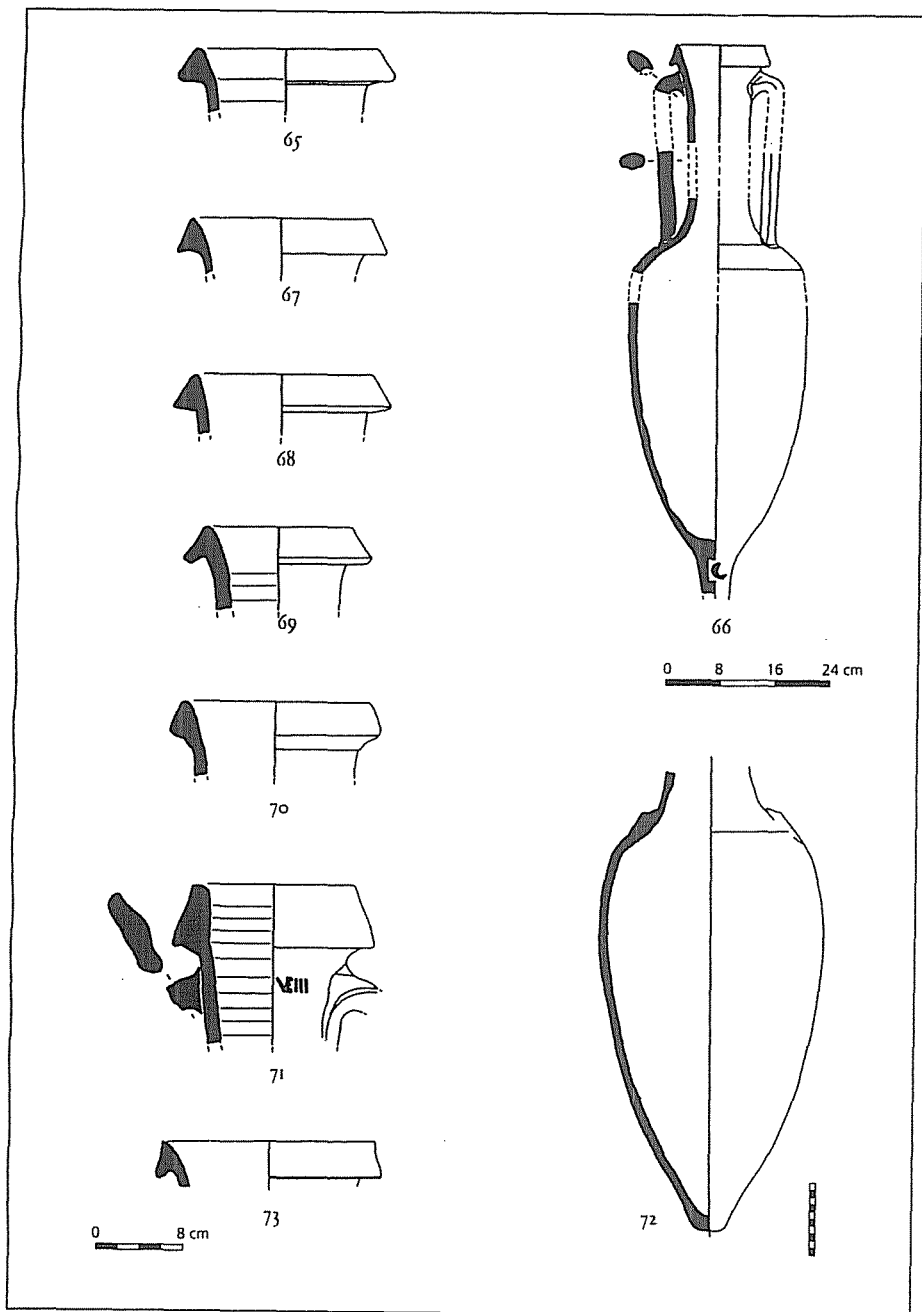


FIG. 8. — Fragmentos de ânforas da Classe 2 (n<sup>o</sup> 65), e da Classe 3 (n<sup>os</sup> 66-71) da Alcáçova de Santa-rém; ânfora do tipo Dressel 1 (n<sup>o</sup> 72) do vale do Tejo, Alhandra (segundo DIOGO, 1988); fragmento de ânfora da Classe 3 do vale do Tejo, Salvaterra de Magos (segundo DIOGO, 1987).

9. — *Villa de Povos, Vila Franca de Xira.*

Na sondagem 4, associada a uma ânfora da Classe 20/21 (Dressel 14), foi recolhida uma ânfora da Classe 10 (Dressel 2-4), num estrato atribuível ao primeiro período de ocupação do sítio, a 1<sup>a</sup> metade do século I a. C.<sup>29</sup>

10. — *Vale do Tejo, próximo de Alhandra* (fig. 8).

No Tejo, próximo de Alhandra, foi recolhido por pescadores um exemplar de uma ânfora do tipo Dressel 1 (Classe 3-5), que se encontra depositada no museu local<sup>30</sup>.

11. — *Santa Eufémia, Sintra.*

Neste povoado, com uma importante ocupação desde a Idade do Ferro, foi recolhido, no nível superficial, um fragmento de bocal de uma ânfora da Classe 3 (Dressel 1A)<sup>31</sup>. De recolhas superficiais mais recentes, é proveniente uma asa, de fabrico itálico, pertencente a uma ânfora Dressel 1 (Classe 3-5)<sup>32</sup>.

12. — *Ermidas, Assafora, Sintra* (fig. 9).

Sem que existam indicações esclarecedoras quanto ao contexto de proveniência, recolheram-se, neste local, vários fragmentos de ânforas, designadamente um fragmento de bocal da Classe 3 (Dressel 1A) e um fragmento de asa do tipo Dressel 1<sup>33</sup>.

13. — *S. Marcos, Cacém, Sintra.*

Escavado nos finais dos anos 70, o sítio de S. Marcos, no Cacém, foi ocupado durante o período romano. As breves notas publicadas, que resumem os trabalhos arqueológicos de campo<sup>34</sup>, indicam a existência de uma ocupação que remonta à época republicana testemunhada pela presença de cerâmica campaniense, e de ânforas da Classe 32 (Mañá C2) e da Classe 3-5 (Dressel 1)<sup>35</sup>.

14. — *Montijo.*

Nas proximidades do Montijo, foi recuperada, por pescadores, uma ânfora da Classe 3 (Dressel 1A), que se encontra, actualmente, depositada no Museu Municipal de Vila Franca de Xira<sup>36</sup>.

<sup>29</sup> C. M. S. BANHA, «As ânforas da villa romana de Povos. Cira», *Boletim Cultural*, 6, Vila Franca de Xira, 1991-1992, p. 50-90 (BANHA, «As Ânforas»).

<sup>30</sup> A. M. D. DIOGO, «Notícias de dois vestígios romanos no Concelho de Vila Franca de Xira», em *Boletim Cultural*, 3, Vila Franca de Xira, 1987-88, p. 111.

<sup>31</sup> G. MARQUES, «Aspectos da proto-história do território português II - Povoado de Santa Eufémia (Sintra)», *Sintra*, I-II, Sintra, 1982-83, p. 59-88.

<sup>32</sup> Informação de Vera Freitas, a quem agradecemos.

<sup>33</sup> F. C. PIMENTA, «Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra», *Sintra*, I-II, Sintra, 1982-83, p. 126 (PIMENTA, «Subsídios»).

<sup>34</sup> M. MAIA, «Escavações na estação romana de S. Marcos, Cacém (Sintra)», *Clio*, 2, Lisboa, 1980, p. 158-159.

<sup>35</sup> ID., «Ânforas neo-púnicas do sul de Portugal», em *Actas das III<sup>as</sup> Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1977)*, Lisboa, 1978, p. 204 (MAIA, «Ânforas»); PIMENTA, «Subsídios», p. 201.

<sup>36</sup> BANHA, «As ânforas», p. 55.

15. — *Cacilhas, Almada* (fig. 9).

Durante a intervenção arqueológica realizada neste sítio, foi recolhido, no interior de um tanque de *opus signinum* pertencente a um núcleo destinado à confecção de preparados piscícolas, um fragmento de bocal de uma ânfora da Classe 4 (Dressel 1B)<sup>37</sup>.

16. — *Villa da Quinta do Freixo, Redondo*.

Em recentes trabalhos de prospecção, realizados no âmbito da elaboração da Carta Arqueológica do concelho do Redondo, foi identificada a *villa* da Quinta do Freixo, onde se recolheu, entre outros materiais de características mais tardias, um fragmento de asa de uma ânfora do tipo Dressel 1 (Classe 3-5), bem como fragmentos de cerâmica campaniense A e C<sup>38</sup>.

17. — *Castelo dos Mouros, Arrábida*.

Deste local, provém um lote de materiais resultante de recolhas de superfície, entre o qual, para além dos atribuíveis à Idade do Bronze, estão presentes peças que atestam ocupações da Idade do Ferro e do período romano (época republicana), como é o caso de ânforas, presumivelmente da Classe 4<sup>39</sup>.

18. — *Chibanes, Palmela*.

Em trabalhos arqueológicos do princípio do século<sup>40</sup>, foram escavados, neste povoado, níveis de ocupação do século II-I a. C. Apesar de não se conhecerem os contextos exactos, regista-se a presença de um único exemplar da Classe 5 (Dressel 1C), de ânforas da Classe 32 (variante Mañá C2) e cerâmica campaniense, em número relativamente abundante, bem como um presumível exemplar de ânfora de tipo «ibero-púnico»<sup>41</sup>.

19. — *Pedrão, Setúbal* (fig. 9).

No sítio fortificado do Pedrão, identificou-se um nível de ocupação que os autores designaram de «proto-romano» (camada C3). Registou-se, neste nível, a presença de um exemplar da Classe 3 (Dressel 1A), outro da Classe 67 e exemplares de tipo «ibero-púnico», bem como cerâmicas campanienses<sup>42</sup>, fíbulas e um fragmento de sítula de bronze<sup>43</sup>.

<sup>37</sup> L. BARROS e C. AMARO, «Fábrica de salga de peixe em Cacilhas: Achegas para o seu conhecimento», *Al-Madau*, 1985, p. 33-34; M. F. GOMES e L. P. ANTUNES, «Intervenções de salvamento em Almada: Problemas de crescimento e alteração do traçado urbano tradicional», em *1º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, (*Trabalhos de Arqueologia*, 3), Lisboa, 1986, p. 69-85.

<sup>38</sup> M. CALADO e R. MATALOTO, *Carta arqueológica do Redondo*, Redondo, (no prelo).

<sup>39</sup> C. T. SILVA e J. C. SOARES, *Arqueologia da Arrábida*, (Colecção dos Parques Naturais, 15), Lisboa, 1986, p. 149.

<sup>40</sup> A. I. M. COSTA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *Appendice - Homem proto-histórico, Idades do Bronze e do Ferro no Castelo de Chibanes*», *O Arqueólogo Português*, 15, 1910, p. 55-83.

<sup>41</sup> MAIA, «Ânforas», p. 199-207.

<sup>42</sup> C. T. SILVA e J. C. SOARES, «Ocupação do período proto-romano de Pedrão (Setúbal)», em *Actas das IIª Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1972)*, vol. I, Lisboa, 1973, p. 245-305.

<sup>43</sup> M. S. PONTE, «Algumas das fíbulas do Distrito de Setúbal», *O Arqueólogo Português*, 4ª série, 1, nº 14, Lisboa, 1983, p. 315-322.

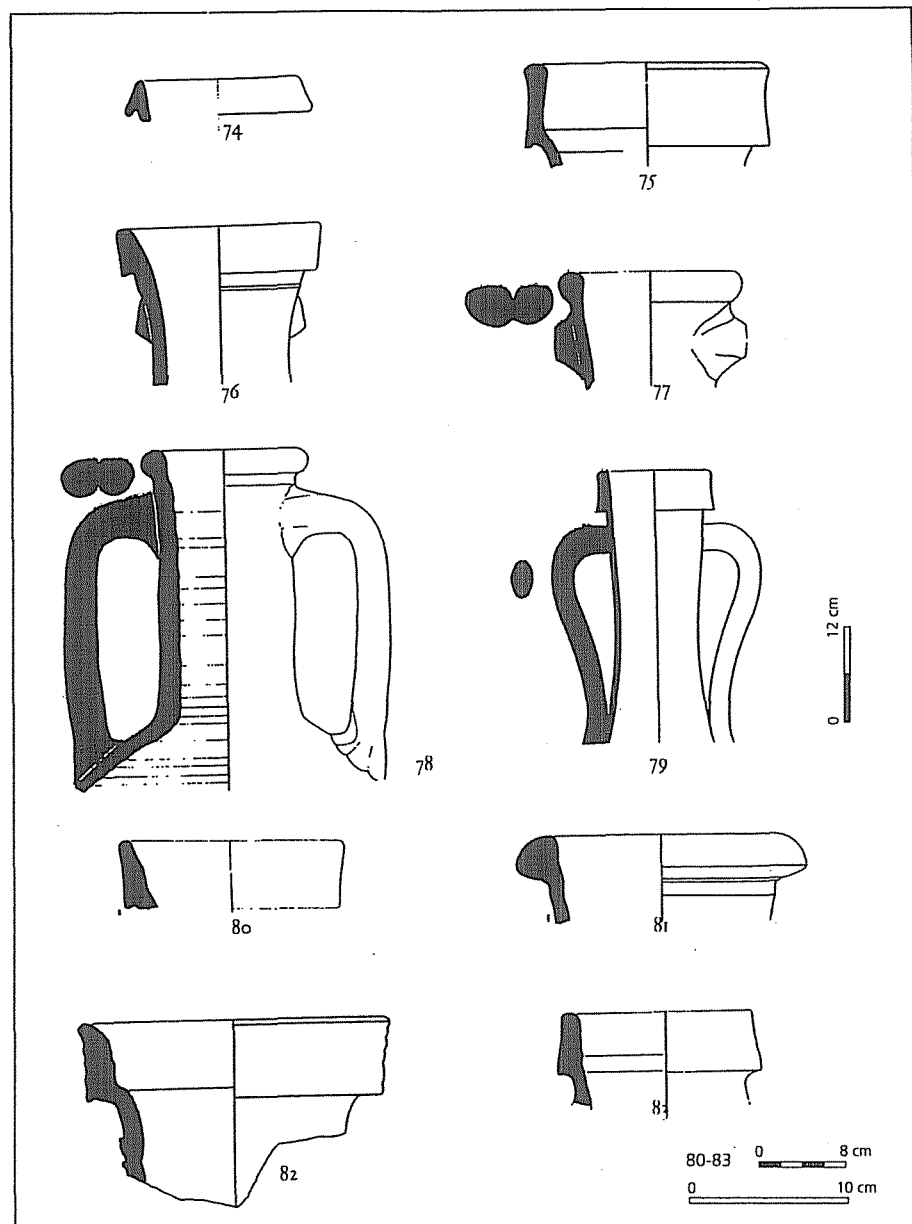


FIG. 9. — Fragmentos de ânforas da Classe 3 (nº 74) de Ermidas (segundo PIMENTA, 1982-83); da Classe 4 (nº 75) de Cacilhas (segundo BARROS e AMARO, 1985); da Classe 3 (nº 76) do Pedrão (segundo SILVA e SOARES, 1973); da Classe 10 (nºs 77-78) de Setúbal (segundo COELHO-SOARES e SILVA, 1978); da Classe 5 (nº 79) da Praia da Figueirinha (segundo CARDOSO, 1978); da Classe 4 e da 10 (nºs 80-81) da Ilha do Pessegueiro (segundo SILVA e SOARES, 1993); da Classe 5 (nº 82) do Castelo das Juntas (segundo MADEIRA, 1986) e da Classe 4 (nº 83) de Garvão.

20. — *Setúbal* (fig. 9).

Existe já um considerável conhecimento da ocupação da Idade do Ferro e romana, do período imperial, da área urbana de Setúbal. No entanto, é ainda, praticamente, desconhecida a época tardo republicana. Apesar de aqui se terem recolhido dois exemplares da Classe 10 (Dressel 2-4)<sup>44</sup>, os seus contextos de proveniência são, ainda desconhecidos.

21. — *Praia da Figueirinha, Setúbal* (fig. 9).

Ao largo da Praia da Figueirinha, de recolha subaquática, provém um fragmento de bocal com colo e asa de uma ânfora da Classe 5 (Dressel 1C)<sup>45</sup>.

22. — *Tróia, Setúbal*.

Do importante complexo industrial de Tróia, existem breves referências a achados de ânforas do tipo Dressel 1 (Classes 3-5)<sup>46</sup>, apesar de estes materiais permanecerem inéditos.

23. — *Mirobriga, Santiago do Cacém*.

Nas escavações de Mirobriga, foram recolhidas, associadas a ânforas de tipo «ibero-púnico», cerâmica campaniense e outros materiais da Idade do Ferro<sup>47</sup>, ânforas romanas republicanas. Sabe-se que são do tipo Dressel 1, mas não existe uma indicação quanto à classe (3, 4 ou 5), nem quanto ao número de exemplares.

24. — *Villa de Courela das Antas, Vidigueira*.

Nesta *villa* foi recolhida uma asa de ânfora do tipo Dressel 1 (Classe 3-5), associada a um conjunto de construções que, segundo o autor, parece corresponder a um dos mais antigos modelos de estruturas de exploração agrária romana, no actual território português<sup>48</sup>.

25. — *Villa romana de São Cucufate, Vidigueira*.

As escavações luso-francesas das *villae* de São Cucufate<sup>49</sup> permitiram recolher três fragmentos de ânforas da Classe 10 (Dressel 2/4), uma das quais apresenta fabrico itálico.

26. — *Ilha do Pessegueiro* (fig. 9).

Da Idade do Ferro e do período romano republicano do local pouco se sabe, pois, o estabelecimento de época imperial destruiu, praticamente na totalidade, as ocupa-

<sup>44</sup> A. COELHO-SOARES e C. T. SILVA, «Ânforas romanas da área urbana de Setúbal», *Setúbal Arqueológica*, 1978, p. 175-176.

<sup>45</sup> G. CARDOSO, «Ânforas romanas no Museu do Mar», *Conimbriga*, 17, 1978, p. 63-78.

<sup>46</sup> J. SOARES, *Estação romana de Tróia*, Setúbal, 1980.

<sup>47</sup> J. SOARES, «Nótula sobre a cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal», *Setúbal Arqueológica*, 1978, p. 133-143.

<sup>48</sup> V. G. MANTAS, «Implantação rural romana em torno da "villa" de S. Cucufate (Vidigueira)», em *I Encontro de Arqueologia da Região de Beja. Arquivo de Beja*, 2ª série, 3, 1986, p. 204.

<sup>49</sup> J. ALARCÃO, R. ÉTIENNE e F. MAYET (dir.), *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*, Paris, 1990.

ções preexistentes. Foi em camadas superficiais, fora de contexto, que se recolheu um fragmento de bocal de ânfora da Classe 4 (Dressel 1B), acompanhado de outros materiais coevos, concretamente ânforas «ibero-púnicas» (da forma E de Pellicer) e cerâmica pintada<sup>50</sup>. Depois de um período de abandono, datado entre os meados do século I a. C. e os meados do século I d. C., assiste-se a um novo período de ocupação. Da fase II A do sítio, segunda metade do século I d. C., centrada em torno de 60-70, registou-se a presença de um reduzido número de exemplares da classe 10 (Dressel 2-4)<sup>51</sup>.

27. — *Castelo das Juntas, Castro Verde* (fig. 9).

Nas escavações realizadas no local, foram recolhidos um fragmento de bocal da Classe 5 (Dressel 1C) e um possível fragmento de bocal da Classe 8 (Lamboglia 2)<sup>52</sup>, embora sem uma indicação esclarecedora quanto ao seu contexto exacto de proveniência.

28. — *Garvão, Ourique* (fig. 9).

No Cerro do Forte, Garvão, local de importância ímpar no contexto de Idade do Ferro do sul Peninsular, registou-se, também, a presença romana. Entre os materiais recolhidos à superfície, conta-se um fragmento de bocal de uma ânfora da Classe 4 (Dressel 1B)<sup>53</sup>.

29. — *Castelinho dos Mouros, Castro Verde* (fig. 10).

Das escavações no Castelinho dos Mouros, provém dois fragmentos de bocal de ânforas da Classe 5, sem indicação contextual esclarecedora<sup>54</sup>. No entanto, a recolha, no nível de abandono do sítio, de vários fragmentos de ânforas da classe 16 (Beltran I), e de outros materiais de cronologia alto-imperial, parece confirmar a possível existência de um contexto mais antigo de ocupação, sendo, contudo, de momento, impossível aferir uma cronologia mais precisa.

30. — *Mértola* (fig. 10 e 11).

Um depósito de ânforas republicanas foi descoberto, ocasionalmente, em 1904, na margem esquerda do Guadiana, em frente à vila actual<sup>55</sup>. O depósito era constituído por ânforas das Classes 5 (Dressel 1C) e 8 (Lamboglia 2) num total de, pelo menos, trinta exemplares. Deste conjunto, foram enviados doze exemplares, seis de cada classe, para o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Lisboa, os quais foram alvo de investigação recente<sup>56</sup>. Embora sem qualquer indicação estratigráfica,

<sup>50</sup> C. T. SILVA e J. C. SOARES, *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*, Lisboa, 1993 (SILVA, *Pessegueiro*).

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> M. S. P. S. MADEIRA, «Subsídios para o estudo do material anfórico dos "Castella" da zona de Castro Verde», *Arquivo de Beja*, 2ª série, 3, 1986, p. 121-131 (MADEIRA, «Subsídios»).

<sup>53</sup> Informação de Carolina Brito, a quem agradecemos.

<sup>54</sup> MADEIRA, «Subsídios», p. 122.

<sup>55</sup> J. L. VASCONCELOS e B. SÁ, «Explorações archeológicas em Mértola», *O Arqueólogo Português*, 10, 1905.

<sup>56</sup> C. FABIÃO, «Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia», *O Arqueólogo Português*, 4ª série, 5, p. 125-148 (FABIÃO, «Ânforas romanas»).

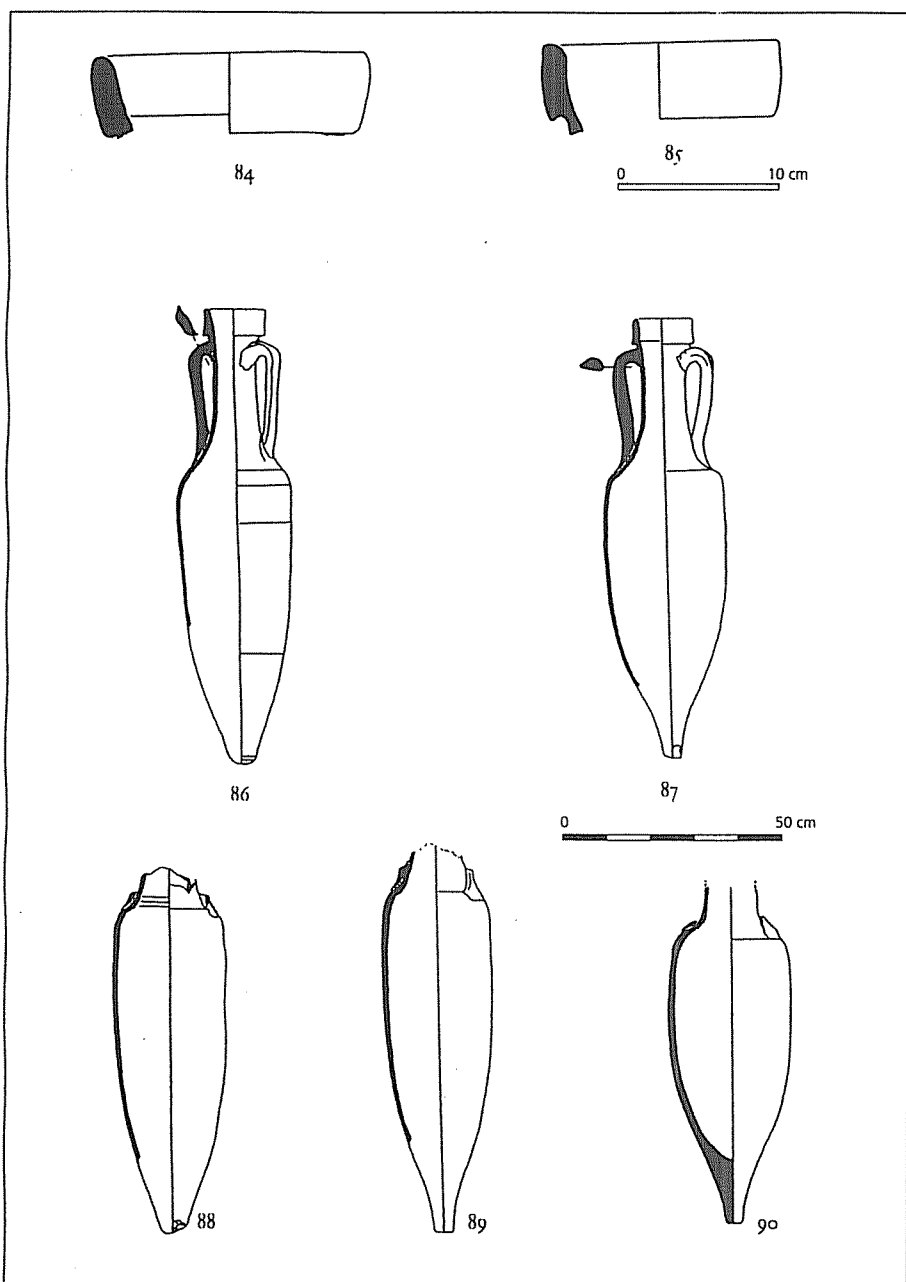


FIG. 10. — Fragmentos de ânforas da Classe 5 (n<sup>os</sup> 84-85) do Castelinho dos Mouros (segundo MADEIRA, 1986); ânforas da Classe 5 (n<sup>os</sup> 86-90) do depósito de Mértola (segundo FABIÃO, 1987).

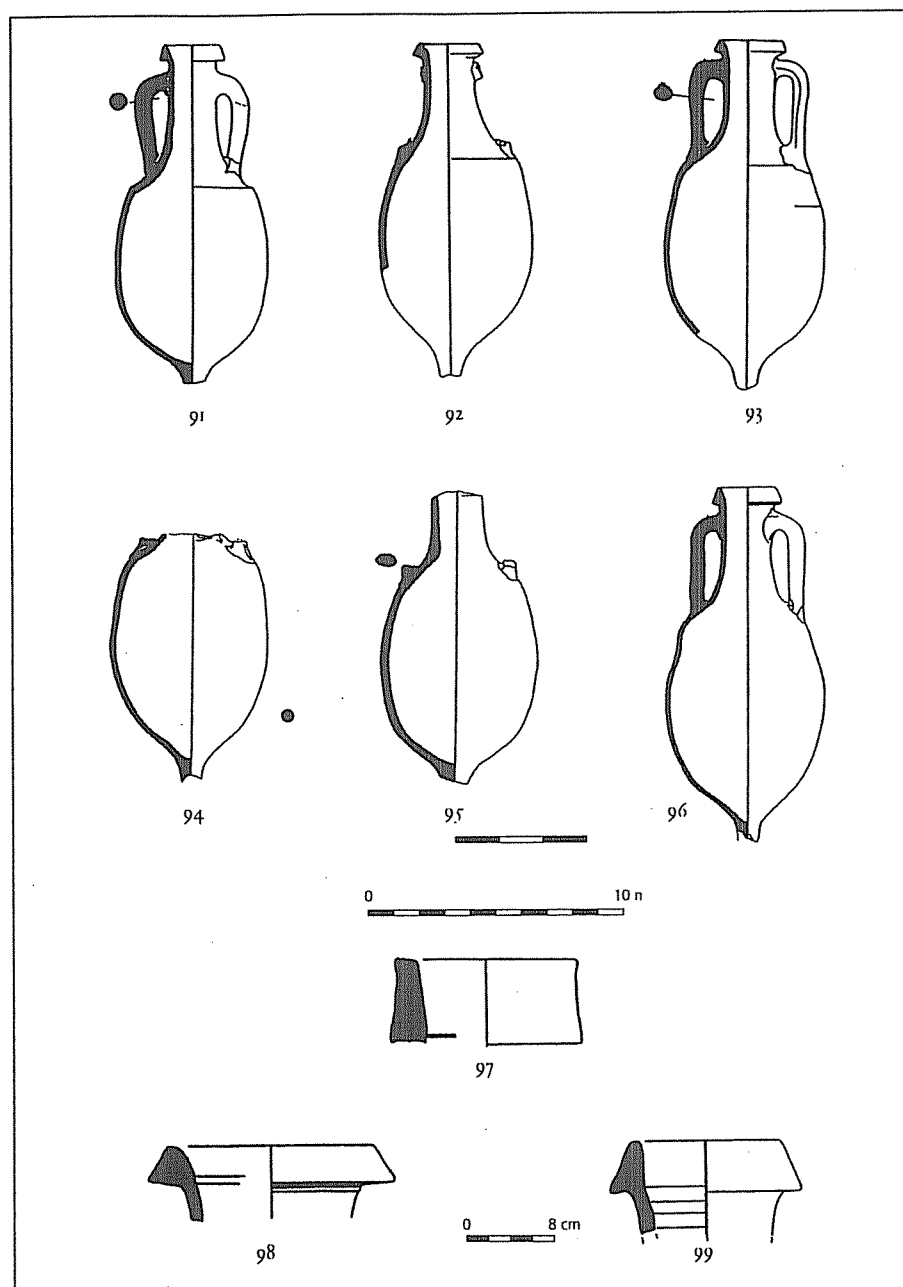


FIG. 11. — Ânforas da Classe 8 (n<sup>os</sup> 91-96) do depósito de Mértola (segundo FABIÃO, 1987); fragmentos da Classe 5 (nº 97) e da Classe 8 (nº 98) das Mesas de Castelinho (segundo FABIÃO e GUERRA, 1994); da Classe 3 (nº 99) de Castro Marim.

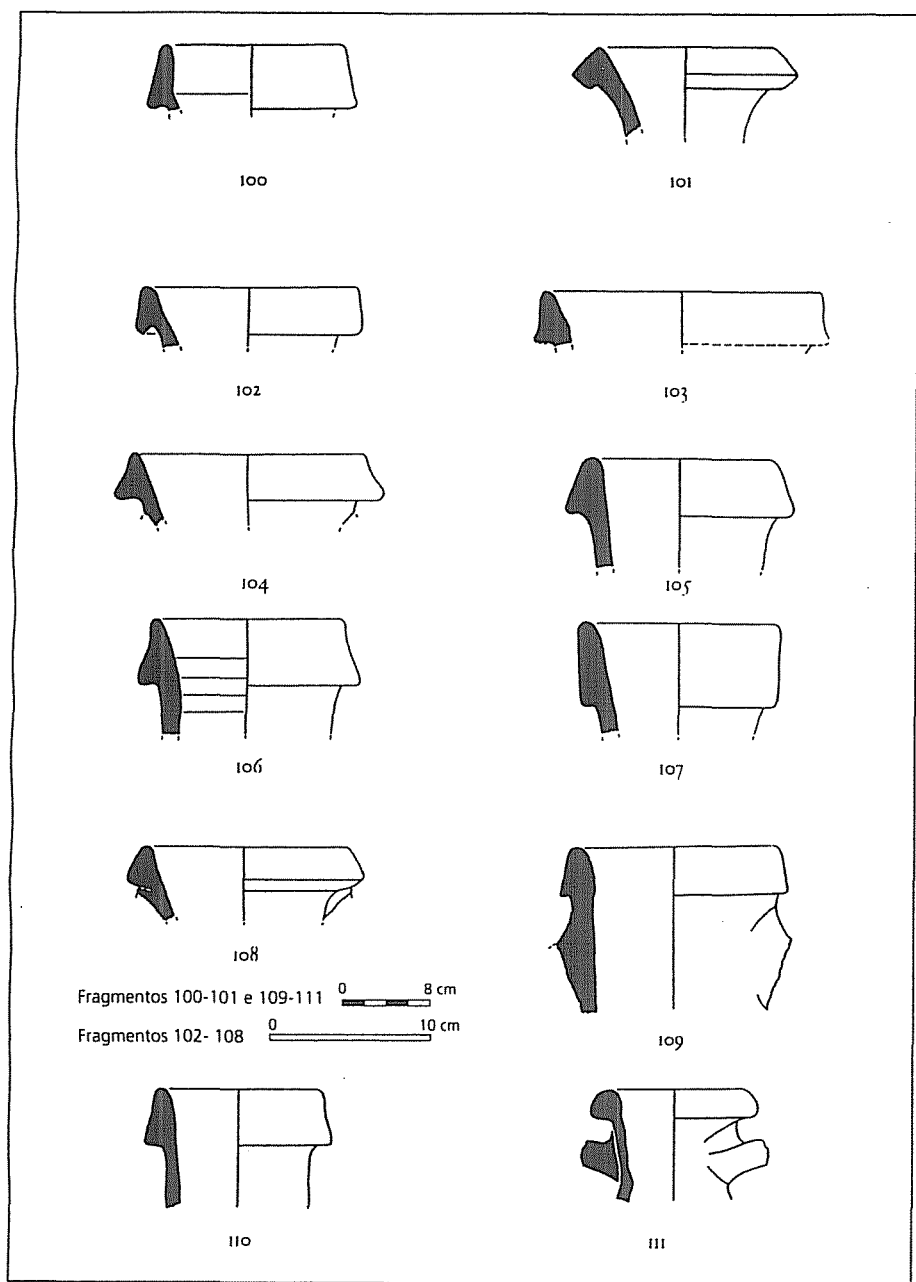


FIG. 12. — Fragmentos de ânforas da Classe 3 (n<sup>o</sup> 100) e da Classe 8 (n<sup>o</sup> 101) de Castro Marim; da Classe 3 (n<sup>os</sup> 102-106), da Classe 4 (n<sup>o</sup> 107) e da Classe 8 (n<sup>o</sup> 108) do Cerro do Cavaco; da Classe 3 (n<sup>os</sup> 109-110) e da Classe 10 (n<sup>o</sup> 111) da foz do rio Arade (SILVA *et alii*, 1987).

ou mesmo esclarecedora, a associação de recipientes deste depósito é considerada típica da primeira metade do século I a. C. Os exemplares da Classe 8 integram-se nas variantes de maior dimensão, típicas da era cesariana<sup>57</sup>. Genericamente, este depósito é datado da primeira metade do século I a. C.<sup>58</sup>

31. — *Mesas do Castelinho, Almodôvar* (fig. 11).

No povoado fortificado de Mesas do Castelinho, recolheram-se, fora de contexto, fragmentos de ânforas da Classe 4 (Dressel 1B) e 5 (Dressel 1C), após uma acção de destruição que o sítio sofreu<sup>59</sup>. Na sequência desta, iniciaram-se os trabalhos arqueológicos que permitiram obter, aquela que é, quase seguramente até ao momento, a melhor sequência conhecida para o período tardo republicano no actual território português. Na área a norte do fosso omíada (UE 28), foram recolhidos alguns fragmentos de ânforas vinárias itálicas e outros de ânforas de produção hispânica, bem como alguns fragmentos de cerâmica campaniense do «círculo» da B, e de almofarizes, sendo o conjunto datado de um momento impreciso do século I a. C. Numa área contígua, a área a NW, foram detectados vários momentos de utilização de um espaço. Num estrato mais antigo (UE 43), estão presentes: as ânforas itálicas do grupo das Dressel 1 (Classe 5), da Classe 8 (variante Lamboglia 2) e, ainda, fragmentos de ânforas da Classe 32 (variante Mañá C2), acompanhadas das cerâmicas campanienses do «círculo» da A, de características tardias, das cerâmicas campanienses B e imitações, provavelmente, hispânicas, bem como de paredes finas, das formas Marabini I, III e VI.

Na UE 41, crescem as importações romanas. Às formas anfóricas já referidas, juntam-se as da Classe 67<sup>60</sup> e, também, as da Classe 32 (variante Mañá C1). A campaniense do «círculo» da B e as suas imitações são abundantes, com as formas 2320, 1125, 7540-50, 2257, bem como com as grandes páteras assimiláveis à forma 2280, diminuindo as pertencentes ao «círculo» da A «tardia», embora esteja presente um unguentário da forma 7111, considerado de produção antiga. Aumentam igualmente os recipientes de cerâmica de paredes finas, assimiláveis às formas Marabini IV ou VI, VIII e XXVII, para além das formas já representadas anteriormente. Na UE 39, as importações romanas são ainda significativas: as ânforas itálicas continuam presentes, mas são nitidamente minoritárias, comparativamente com as produções da Classe 67 e da Classe 15 (Haltern 70), estando ainda presentes as Classe 32. Neste mesmo contexto, as cerâmicas campanienses do «círculo» da B e as suas imitações são maioritárias e são muito mais numerosos os fragmentos das cerâmicas de paredes finas, com um conjunto de formas praticamente idêntico ao anterior, mas incluindo já os motivos «perolados» (n<sup>o</sup> 1 de Mayet), «espinhados» (n<sup>o</sup> 2 de Mayet) e os «bastonetes» (n<sup>o</sup> 16 de Mayet). O conjunto é genericamente enquadrado, pelos autores, nos três primeiros quartéis do século I a. C., admitindo, com reservas, que a fase mais antiga (UE 43) se situe, ainda, nos fins do século II<sup>61</sup>.

<sup>57</sup> LAMBOGLIA, «Cronologia», p. 262-263.

<sup>58</sup> FABIÃO, «Ânforas romanas», p. 125-148.

<sup>59</sup> FABIÃO, «As ânforas», p. 92.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 65-71.

<sup>61</sup> FABIÃO-GUERRA, «As ocupações», p. 275-289.

32. — *Cerro da Rocha Branca, Silves.*

Na fase III do sítio, foram recolhidos vários fragmentos de ânforas da Classe 3 (Dressel 1A) e outros materiais romanos de cronologia republicana, designadamente: fragmentos de ânforas da Classe 32 (Mañá C2) e de tipos «ibero-púnicos» (formas D e E de Pellicer), cerâmica campaniense das Classes A, B e C e quatro denários consulares de prata da segunda metade do século II a.C.<sup>62</sup>

33. — *Castelo de Castro Marim* (fig. 11 e 12).

Identificado com *Baesuris*, este sítio já com uma intensa ocupação humana desde, pelo menos, os inícios da Idade do Ferro, apresenta um nível muito bem conservado do período tardo republicano. Foram recolhidos vários fragmentos de ânforas da Classe 3 (Dressel 1A), 4 (Dressel 1-B) e 8 (Lamboglia 2), associados contextualmente a ânforas da Classe 32 (Mañá C2), da Classe 67 e a tipos «ibero-púnicos». Para além destas, recolheram-se também abundantes fragmentos de cerâmica campaniense das Classes A, B e B-öide, cerâmica de paredes finas, lucernas, cerâmica comum e moeda cunhada localmente<sup>63</sup>. A ocupação republicana de Castro Marim é datada da segunda metade do século I a. C., mais concretamente entre 50 e 30 a. C.<sup>64</sup>

34. — *Vila Velha, Alvor, Portimão* (Ipses?).

Em escavações recentes neste povoado, constatou-se a existência de uma ocupação durante o período republicano, da qual se recolheram alguns fragmentos de presumíveis ânforas da Classe 2 (Greco-italica) e fragmentos da Classe 3 (Dressel 1A) (comunicação apresentada por Teresa Júdice Gamito ao colóquio «Ânforas da Lusitânia» mas não publicada nas respectivas actas) e duas moedas de chumbo com a legenda Ipses<sup>65</sup>. A ausência de qualquer indicação estratigráfica ou contextual não permite, por enquanto, qualquer outro tipo de considerações.

35. — *Cerro do Cavaco, Cachopo, Tavira* (fig. 12).

Do sítio do Cerro do Cavaco, apenas existe publicado um bocal de uma ânfora da Classe 32 (Mañá C2)<sup>66</sup>, recolhida em prospecções e uma breve referência a outros materiais, concretamente, fragmentos de ânforas da Classe 32 (Mañá C2), de ânforas «ibero-púnicas» e de cerâmica campaniense<sup>67</sup>. Depositados na UNIARQ, também provenientes de recolhas de superfície, estão sete fragmentos de bocal da Classe 3 (Dressel 1A), sete fragmentos de bocal da Classe 4 (Dressel 1B), um frag-

mento de bocal da Classe 8 (variante Dressel 6), vinte fragmentos de asa e dois fragmentos de fundo do tipo Dressel 1 (classe 3-5), entre outros materiais, nomeadamente, vários fragmentos de bocal da Classe 32 (Mañá C2), ânforas «ibero-púnicas» e cerâmica campaniense B-öide.

36. — *Foz do rio Arade, Portimão* (fig. 12).

Dragagens efectuadas neste rio deram a conhecer um abundante espólio arqueológico de um largo período. Entre ele destacam-se três fragmentos de bocal de ânforas do tipo Dressel 1 (Classes 3 e 4), um fragmento de bocal e outro de asa da Classe 10 (Dressel 2-4) e dois fragmentos de cerâmica campaniense da classe A (forma 5 e forma 27)<sup>68</sup>. Naturalmente, e face às condições da recolha, não nos são permitidas grandes considerações.

37. — *Monte Molião, Lagos.*

Deste local, identificado com *Lacobriga* por diversos autores, provêm, de recolhas de superfície, alguns fragmentos de ânforas da Classe 3 (Dressel 1A) e Classe 4 (Dressel 1B), para além de outros da Classe 32 (Mañá C2) e de cerâmica campaniense B-öide. O conjunto parece apontar para meados do século I a. C.<sup>69</sup>, sendo, de momento, impossível precisar algo mais, face à evidência disponível.

38. — *Quinta de Marim, Olhão.*

Os trabalhos arqueológicos, levados a efeito neste local permitiram recolher um exemplar de uma asa bífida de fabrico itálico, pertencente a uma ânfora da Classe 10 (Dressel 2-4), proveniente da Camada 1<sup>70</sup>, que, infelizmente, se trata de um nível de revolvimento.

39. — *Faro* (Ossoyoba).

As recentes escavações realizadas, em plena área urbana, forneceram novos dados sobre a ocupação romana republicana da antiga cidade. Sem indicações esclarecedoras quanto aos seus contextos e respectivas cronologias, sabe-se que foram recolhidos alguns fragmentos de ânforas da Classe 3 (Dressel 1A) e 4 (Dressel 1B), bem como alguns outros da Classe 32 (Mañá C2) (segundo comunicação apresentada por Teresa Júdice Gamito ao colóquio «As Ânforas da Lusitânia», apesar de não publicada).

## III. — SOBRE O SIGNIFICADO DAS IMPORTAÇÕES DE VINHO ITÁLICO PARA O ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

Os dados que apresentámos no ponto anterior têm obrigatoriamente que ser discutidos tendo em conta os contextos em que foram recolhidos, e de acordo com as

<sup>62</sup> M. V. GOMES, R. V. GOMES e C. BEIRÃO, «O Cerro da Rocha Branca (Silves) - Resultados preliminares de três campanhas de escavações», em *Actas do IVº Congresso do Algarve* (Montechoro, 1986), Silves, 1986, p. 77-83; GOMES-ANTUNES, «Intervenções», p. 80.

<sup>63</sup> A. M. ARRUDA, Nota acerca da ocupação romana/republicana do Castelo de Castro Marim», em *Actas do 5º Congresso sobre o Algarve* (Montechoro, 1988), vol. I, Silves, 1988, p. 13-17 (ARRUDA, «Ocupação»).

<sup>64</sup> ARRUDA-GONÇALVES, «Romanização do Algarve», p. 455-465.

<sup>65</sup> A. M. FÁRIA, «Ipses, uma ceca Hispano-Romana do Sudoeste», *Acta Numismática*, 17-18, 1988, p. 101-104.

<sup>66</sup> MAIA, «Ânforas», p. 199-207.

<sup>67</sup> SILVA-SOARES, *Pessegueiro*, p. 180.

<sup>68</sup> C. T. SILVA, J. C. SOARES e A. COELHO-SOARES, «Notas sobre o material anfórico da foz do Arade (Portimão)», *Setúbal Arqueológica*, 8, 1987, p. 203-220.

<sup>69</sup> ARRUDA-GONÇALVES, «Romanização do Algarve», p. 460.

<sup>70</sup> C. T. SILVA, J. C. SOARES e A. COELHO-SOARES, «Estabelecimento de Produção de Salga da Época Romana na Quinta de Marim (Olhão). Resultados Preliminares das Escavações de 1988-89», *Setúbal Arqueológica*, 9-10, 1992, p. 335-374.

informações que possuímos sobre os sítios, de modo a especificar esses contextos de forma mais concreta, nomeadamente no que se refere à função que desempenharam durante as últimas centúrias do Iº milénio a. C. Assim, a cronologia da conquista romana do território actualmente português, a fundação de acampamentos militares pelos generais romanos que a efectuaram, as datas das fundações coloniais e o processo comercial com a comunidade indígena realizado pelos mercadores que acompanharam os exércitos romanos, a par das grandes operações de aprovisionamento das tropas empreendidas pelos circuitos oficiais das *societates publicanorum*, têm de ser devidamente equacionados para que seja possível um real enquadramento das importações de vinho itálico, na área em estudo. Naturalmente que, nesta análise, tivemos sempre presente o que foi referido na Introdução deste trabalho e que pode ser, facilmente, detectado na listagem efectuada no ponto anterior: grande parte dos materiais arqueológicos que atestam a importação de vinho itálico é proveniente de recolhas de superfície, não possuindo, por isso mesmo, um contexto arqueológico que os defina completamente. Mas se esta limitação de base não autoriza grandes conclusões, pensamos que nos é permitido avançar com algumas hipóteses interpretativas, naturalmente passíveis de revisão.

A primeira observação diz respeito à cronologia das importações. De facto, e ao contrário de outras regiões onde o processo da conquista foi muito mais tardio e onde existia já uma produção vinícola destinada ao consumo local e à exportação<sup>71</sup>, a presença de ânforas da Classe 2 (Greco-itálica) é demasiado tímida. Apenas se registam ânforas desta Classe na região do Vale do Tejo, concretamente em Chões de Alpompe<sup>72</sup> e na Alcáçova de Santarém. Mesmo estes dois sítios apenas forneceram um exemplar cada um, sendo o de Santarém assim classificado com algumas reservas<sup>73</sup>. Esta situação leva-nos, inevitavelmente, a concluir que as ânforas vinárias, provenientes de Itália, chegaram à região ocidental da Península Ibérica acompanhando os exércitos romanos, não se tendo processado qualquer actividade comercial anterior. Assim, podemos afirmar que foi a necessidade do abastecimento dos efectivos militares que conduziu às primeiras importações. O facto de ser no Vale do Tejo que elas se registaram vai também ao encontro do que acabamos de afirmar, uma vez que foi exactamente neste local que teve lugar a primeira grande campanha militar romana levada a cabo no território actualmente português, por Décimo Júnio Bruto, sendo o sítio dos Chões de Alpompe identificado com Mórón, o acampamento militar edificado pelo Galaico. A tipologia da ânfora de

<sup>71</sup> É bem conhecida a enorme abundância de ânforas da Classe 2 no Sul do actual território francês, por exemplo em Toulouse, demonstrando que o comércio entre a Península itálica e esta região era de grande dimensão, isto num momento em que a conquista da Gália nem sequer se presumia. Importa também não esquecer, neste contexto, que, ao contrário do que sucede na Península Ibérica, a produção, em larga escala, de vinho era uma realidade indelével em Marselha, vinho esse não só destinado ao consumo local como também à exportação maciça.

<sup>72</sup> FABIÃO, «As ânforas».

<sup>73</sup> Este bordo de ânfora foi incluído na Classe 2, tendo em conta os índices estabelecidos por Antoinette Hesnard (cf. A. HESNARD e C. LEMOINE, «Les Amphores du Cécube et du Falerne: prospection, typologie et analyses», *MEFRA (Antiquité)*, 93, 1981, p. 243-295). Será, no entanto, e considerado o índice obtido, uma produção tardia, pelo que a podemos incluir numa fase de transição entre a produção desta Classe e a da Classe 3.

Santarém indica um momento final da produção da Classe 2, pelo que a podemos associar facilmente à campanha militar referida que ocorreu, como é sabido em 138 a. C., sendo verosímil que o exemplar recolhido nos Chões de Alpompe corresponda, também, a esse momento.

A inexistência, no território actualmente português, de importações de vinho itálico anterior aos finais do século II a. C., não deve explicar-se por uma provável produção local. De facto, e apesar de tal hipótese ser uma possibilidade muito plausível<sup>74</sup>, essa situação não foi impeditiva, noutras regiões, de chegadas de grandes quantidades de vinho italiano<sup>75</sup>. Aliás, podemos sempre admitir que algumas ânforas de tipo ibero-púnico presentes em vários sítios da Idade do Ferro, em níveis datados dos séculos IV a II a. C., podiam transportar vinho, o que não travaria, necessariamente, uma possível produção local. Na antiguidade, tal como agora, a existência de produtos, potenciais ou reais, existentes numa determinada região, nunca impediu a importação de bens semelhantes provenientes de outras áreas. O que os dados parecem sugerir é que as actividades comerciais entre a Itália e o Ocidente da Península Ibérica não eram, economicamente, sugestivas para o Senado romano. Num trabalho anterior<sup>76</sup>, um de nós verificou que contactos mais profundos entre as duas regiões não aconteceram senão num momento avançado da época republicana, justamente a partir dos finais do século II a. C. Apesar de integrarem, há muito, a Província da *Ulterior*, tudo indica que os territórios ocidentais não despertaram um interesse que justificasse grandes investimentos financeiros ou humanos. Roma tinha encontrado, no Ebro e na região do Guadalquivir, condições agrícolas e potencialidades de exploração mineira que justificaram, numa primeira fase, o abandono da área ocidental, que parece ter, assim, permanecido entregue a si própria<sup>77</sup>, à parte algumas incursões de generais romanos ao nosso território, quase sempre demasiado rápidas e sem reflexos directos em termos de ocupação efectiva de território. A superficialidade das descrições contidas nos relatos dos autores clássicos mais antigos, por exemplo de Estrabão, contrastando com o tipo de informação que transmitem sobre a futura Província da Bética, mostra o desconhecimento relativo destas regiões, confirmando o desinteresse a que estariam votadas<sup>78</sup>.

Ainda no que respeita às cronologias, os dados que inventariámos permitem-nos afirmar que as importações maciças de vinho itálico se processaram a partir do 2º quartel do século I a. C. e se prolongam até aos primeiros anos do reinado de Augusto, momento em que entram em franca decadência, sendo, então, substituídas por produtos béticos. Que o auge das importações se situa entre os inícios do segundo quartel do século I a. C. e os meados do terceiro<sup>79</sup>, é o que parece deduzir-

<sup>74</sup> A. M. ARRUDA e V. S. GONÇALVES, «Produção e consumo de vinho no território actualmente português durante a Idade do ferro (Séculos VIII-IV a. C.)», em *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, Lisboa, 1995, p. 21-28.

<sup>75</sup> Ver nota 34.

<sup>76</sup> ARRUDA-GONÇALVES, «Romanização do Algarve», p. 455-465.

<sup>77</sup> *Ibid.*

<sup>78</sup> *Ibid.*

<sup>79</sup> As balizas cronológicas que apresentamos são tão restritivas como vagas. Tal deve-se à natureza dos contextos dos próprios materiais, à condição «periférica» que a fachada atlântica detém,

se dos resultados da Lomba do Canho, da estratigrafia de Santarém, dos resultados das Mesas do Castelinho, do Castelo de Castro Marim e talvez do Cerro do Cavaco. A favor desta hipótese pesa, também, o facto da baixa frequência, no território actualmente português, de ânforas da Classe 10 (Dressel 2-4) e de, em Santarém, ser nítido que é a partir do início do último quartel do século I a. C., que se inicia a importação, em grande escala, de ânforas da Classe 15 (Haltern 70), produções claramente béticas, cuja frequência no registo arqueológico indicia uma substituição progressiva, contudo parcial, das ânforas de fabrico itálico, num momento impreciso dos inícios do 3º quartel do século I a. C. Importa não esquecer que é justamente, entre os meados do segundo quartel e os meados do terceiro quartel do século I a. C., que o território que nos ocupa é mais frequentado pelas tropas romanas. É o momento das guerras sertorianas e das lutas entre César e os filhos de Pompeio.

Se tudo indica que as primeiras ânforas vinárias de origem itálica chegaram através dos sistemas de abastecimentos institucionais ligados às *societates publicanorum* e se destinavam às tropas acantonadas na área ocidental da Península Ibérica, também parece claro que, rapidamente, o vinho proveniente de Itália se espalhou um pouco por todo o território nacional, encontrando-se em sítios sem qualquer função militar.

Pela leitura do inventário elaborado no ponto 2 podemos concluir que existiam, no território em análise, vários tipos de sítios importadores de vinho itálico, durante os primeiros anos de ocupação romana. Os acampamentos militares estão, como já vimos, no primeiro lugar, tanto em termos cronológicos como do ponto de vista quantitativo. O sítio dos Chões de Alpompe forneceu uma quantidade de ânforas das Classes 3, 4, 5 e 8 superior a meia centena. São, fundamentalmente, importações da costa tirrénica, mas a costa adriática está também representada. Em Santarém, o *Praesidium Iulium Scallabis* de Júlio César, registaram-se cerca de uma centena de ânforas de vinho da Campânia, Lácio e Etrúria, que devem datar-se a partir do segundo quartel do século I a. C., chegando, no entanto, aos inícios do reinado de Augustó, altura em que esta cidade é já colónia romana. Sendo hoje inquestionável a função militar da Lomba do Canho, não surpreende também o aparecimento, neste sítio, de ânforas da Classe 4 e 10 de produção, obviamente, italiana. O Pedrão e o Cerro do Cavaco são outros dois sítios onde não é improvável que estivessem estacionados efectivos militares. A camada 3 do Pedrão apresenta características, tanto ao nível do espólio recuperado, como, sobretudo, pela planta que evidenciou, que fazem supor estarmos na presença de um «fortim» romano<sup>80</sup>. Sem que tivéssemos detectado qualquer ocupação sidérica, ou romana imperial, tudo parece indicar que o sítio foi abandonado pela inexistência de condições políticas que justifi-

comparativamente com o restante Ocidente peninsular, e à associação imediata a realidades observadas no exterior, particularmente no actual território espanhol.

<sup>80</sup> A designação «fortim» é aqui aplicada, apesar de sabermos que seria preferível a utilização de *Castellum*. No entanto, para sublinhar as diferenças existentes entre a estrutura do Pedrão e os recintos amuralhados existentes no Sul do território português a que se chama *castella*, optámos pelo termo inglês (fort), para denominar uma estrutura destinada a albergar e aquartelar pequenos contingentes militares.

cassem a permanência de tropas no local. O conjunto de materiais publicado sugere que foi ocupado num curto período de tempo, durante a época tardo-republicana, talvez na primeira metade do século I a. C., pelo que não é possível conectá-lo com os acampamentos de Servílio Cépio ou de L. Servílio Metelo, ambos com cronologias da segunda metade do século II a. C. É sabido que uma das bases de Q. Cecílio Metelo Pio, na luta contra Sertório na Ulterior, foi, justamente, Caeciliana, localizada perto da actual cidade de Serúbal. A cronologia do espólio recolhido no Pedrão não é incompatível com as movimentações de Metelo, que ocorrem, como é sabido, em 79 a. C.

A inexistência de escavações arqueológicas no Cerro do Cavaco dificulta uma análise segura sobre o tipo de sítio que se nos apresenta. Porém, o conjunto de materiais recolhidos em trabalhos de prospecção revelou não só a ausência de ocupação romana imperial, como uma escassa representação das típicas produções hispânicas tardo-republicanas, como por exemplo das Classes 15 (Haltern 70) e 67, o que pressupõe o seu abandono a partir de meados do século I a. C. Foi já sugerido<sup>81</sup> que este sítio pudesse tratar-se de um acampamento militar, directamente relacionado com os episódios da guerras sertorianas ocorridos no Algarve. À semelhança do que sucede no Pedrão, os materiais recolhidos são integráveis na cronologia proposta para o cerco de Lacóbriga. Deve notar-se que as importações são aqui em grande número (trinta e cinco fragmentos de ânforas vinárias de importação italiana, maioritariamente provenientes da costa tirrénica, de recolhas de superfície). A presença de uma ânfora da Classe 3 no Alto do Castelo em Alpiarça talvez não merecesse ser aqui particularizada, não fosse dar-se o caso de uma muralha de terra batida ter sido detectada, indicando-nos que podemos estar na presença de um acampamento romano de época indeterminada.

Paralelamente a estes sítios, que, podendo associar-se, embora alguns com reservas, a sítios militares, exemplificam uma importação muito específica, existe, no território actualmente português, um conjunto de estações arqueológicas, de carácter eminentemente civil, onde também se registou presença de ânforas vinárias de fabrico italiano. São, maioritariamente, sítios com uma importante ocupação durante a Idade do Ferro e que vêm prolongar o seu período de vida útil até à época romana alto-imperial e, nalguns casos, mesmo até ao baixo império. O melhor exemplo da última situação é Conimbriga, onde a presença de ânforas itálicas é, como vimos, muito significativa. Uma vez mais se observa que o auge da importação de vinho mediterrâneo corresponde às importações de ânforas das Classe 3-5 (Dressel 1), sendo já diminuto o número de ânforas da Classe 10 (Dressel 2-4), facto a que não deve ser estranha a presença maciça de ânforas da Classe 15 (Haltern 70). Santa Eufémia, Castelo dos Mouros, Chibanes, Miróbriga, Garvão, Mesas do Castelinho, Mértola, Castelo de Castro Marim, Cerro da Rocha Branca pertencem também a este tipo de sítios importadores. Tanto as Mesas do Castelinho, como o Castelo de Castro Marim confirmam as observações anteriormente feitas. O progressivo desaparecimento das importações de vinho itálico verifica-se a partir da segunda metade do século I a. C. (mais concretamente a partir de finais do terceiro

<sup>81</sup> ARRUDA-GONÇALVES, «Romanização do Algarve», p. 455-465.

quartel), para dar lugar à, também progressiva, chegada de vinho proveniente da actual Andaluzia e envasado em ânforas da Classe 15.

Parece-nos pertinente invocar aqui o carácter aparentemente extraordinário do contexto do depósito de Mértola. Pelo menos trinta ânforas vinárias são encontradas, num espaço reduzido e em excelente estado de conservação, não estando directamente associadas a quaisquer estruturas habitacionais e encontrando-se longe (na outra margem) do núcleo urbano. As condições particulares de que se revestiu o achado deste conjunto de ânforas e a localização do depósito, junto ao rio, levamos a considerar seriamente estarmos na presença de um local de transvase, localizado junto ao porto fluvial de *Myrtilis*<sup>82</sup>. Aí, o vinho, transportado até ao momento no interior das ânforas, seria transvasado para outros contentores, de menores dimensões e de mais fácil transporte, de modo a ser distribuído, por via terrestre, em povoados interiores. Neste contexto, deixaria de ser surpreendente a ausência, ou fraquíssima frequência, de ânforas das Classes 3-5 (Dressel 1) e 8 (Lamboglia 2) em muitos povoados da Idade do Ferro do Alentejo Central como, Segóvia e Veiros, por exemplo, que, no entanto, forneceram outras importações itálicas coevas, como a cerâmica campaniense e de paredes finas. Naturalmente, que esta não pode ser a explicação para a inexistência de ânforas vinárias italianas em Alcácer do Sal ou em Setúbal, onde, pelo menos no primeiro caso, também se registam cerâmicas campanienses e paredes finas de época republicana.

Um outro conjunto de centros consumidores de vinho itálico corresponde a núcleos de povoamento de fundação romana. É o caso das *villae* da Quinta do Freixo (Redondo) e da Courela das Antas (Vidigueira), onde foram recolhidos fragmentos de ânforas das Classes 3-5. Na Quinta do Freixo, foram também recolhidos fragmentos de cerâmica campaniense das Classes A e C, que poderemos associar às importações vnicas. Ambos os sítios devem corresponder às primeiras experiências de ocupação rural do território agora analisado. Não é impossível admitir que os sítios de S. Marcos e da Ermida, ambos em Sintra, possam corresponder ao início da formação dos *agrii olisiponenses*, o que implicaria integrá-los neste grupo. Pelo menos S. Marcos (Cacém, Sintra) não evidencia qualquer ocupação anterior, sendo de admitir uma fundação romana e a sua função só pode conectar-se com a actividades de tipo agrícola. Os sítios, habitualmente, designados por *castella* e localizados no Sudeste de Portugal, mais concretamente nos concelhos de Mértola, Alcoutim, Castro Verde e Almodôvar, foram, propositadamente, individualizados. Seguramente de fundação romana, o que permitia a sua inserção no conjunto anteriormente referido, a problemática que se lhes refere, tanto ao nível funcional, como ao nível cronológico, está longe de estar esclarecida. Do conjunto destas fortificações republicanas, apenas o Castelo das Juntas e o Castelhinho dos Mouros forneceram ânforas das Classes 3-5 e 8 (Dressel 1, Lamboglia 2).

<sup>82</sup> Mértola corresponde ao último porto do Guadiana, uma vez que o Pulo do Lobo, um pouco a montante, representa um lugar intransponível por via fluvial. Representa, por isso mesmo, um papel preponderante e cimeiro no âmbito do comércio, a longa distância.

Finalmente, resta referir que as ânforas itálicas, com origem nas áreas meridionais da costa adriática, estão efectivamente documentadas, no território actualmente português. No entanto, e como se verifica pelo inventário do ponto 2, as importações das Classes 1 e 8 são percentualmente minoritárias em relação as importações da costa tirrénica. Tal facto, que sucede igualmente no restante território hispânico e mesmo na Gália, não surpreende, uma vez que é conhecida a direcção que, preferencialmente, tomam os vinhos da costa adriática: o Oriente. Em Portugal, mesmo minoritários, não parecem deter uma qualquer especialização geográfica, encontrando-se ânforas da Classe 8, praticamente em todas as regiões, apesar de ser no Sul, onde melhor se documentam. Castro Marim, Cerro do Cavaco, Mesas do Castelhinho, Castelo das Juntas, Santarém e Chões de Alompé são os sítios onde surgiram este tipos de ânforas. Relativamente às Classes 3, 4, 5, é possível notar um claro desequilíbrio entre o número de exemplares enquadráveis nas duas primeiras e a escassa representação da terceira. Tal assimetria, que não parece verificar-se no restante território peninsular, pode resultar de alguma distorção da amostra disponível, não representando, necessariamente, a realidade das importações para o nosso território.

Para terminar, gostaríamos de realçar o facto de a grande maioria dos sítios que importaram, de Itália, ânforas vinárias, terem registado também a presença de cerâmica campaniense A e B. A associação das ânforas greco-itálicas e Dressel 1 à cerâmica campaniense é bem conhecida, tanto na grande maioria dos naufrágios, como em meio terrestre. Estas cerâmicas, também produzidas na costa tirrénica italiana, acompanhavam as exportações de vinho, complementando-se, e rentabilizando o comércio a longa distância. Após o carregamento das ânforas vinárias, os espaços deixados vazios eram devidamente preenchidos por aquelas cerâmicas de luxo que, lentamente, iam penetrando também no mundo indígena peninsular. Se é difícil aceitar que o hábito de beber vinho tenha sido introduzido pelas tropas romanas, é crível que a associação entre esta prática e a utilização de uma «baixela», especificamente destinada ao serviço de mesa, constitua os primeiros passos na adopção de regras sociais eminentemente romanas.